

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CONVÊNIO UFSC/CPP: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE  
SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO POPULAR**

9,5  
médias

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina para  
obtenção do Título de Assistente Social pela  
Acadêmica Cleci Elisa Albiero, Orientado pela  
professora Mestre Iliane Kohler.

em 12/03/99.

**FLORIANÓPOLIS**

**março de 1999**

  
**Marly Venzon Tristão**  
Chefe do Depo. de Serviço Social  
CSE/UFSC

*Dedico este trabalho a todas  
as pessoas que, assim como  
eu, sonham e lutam por um  
mundo mais humano, justo e  
fraterno de igualdade e  
amor, sonhos e utopias entre  
as pessoas.*

## Agradecimentos

Agradeço todas às pessoas que me ajudam a crescer como ser humano, em especial:

À Iliane pela disponibilidade e atenção dispensada durante o período de estágio e orientação deste trabalho, que tanto me fez crescer mesmo sabendo das minhas limitações, com muito carinho e admiração, obrigado.

aos meus pais Carlos e Zeneide pelo incentivo e por ter acreditado em mim;

aos meus irmãos: Claudio Antonio, Cleudemir Rogério, Cleomari Cristina e Clóvis Marcelo;

aos meus sobrinhos Michel e Caroline que sabendo de suas existências me dão razão para viver;

às amigas (os) e companheiras (os) que me acompanharam nesta caminhada e puderam acompanhar essa metamorfose, os nomes são tantos e não poderia deixar de citar algum, portanto, no anonimato, agradeço a todos de coração;

às colegas de estágio do Projeto CPP e NESSOP (Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular), a coordenadora do Projeto CPP e companheira das horas de dificuldade e nas horas de divertimento Assistente Social Simone, ao Norberto por acreditar, assim como eu, que as coisas podem dar certo, muito obrigado;

às lideranças comunitárias do Saco Grande II pela oportunidade e disponibilidade em realizar este trabalho nesta fase especial da minha vida, muito obrigado.  
às colegas de casa Marli, Leandra e Karin, que souberam entender este momento especial da minha vida, um beijão para todas.

à alguém muito especial que chegou a pouco, e está muito próximo de mim nesta caminhada, um grande beijo e muito obrigado.

## SEMENTE DO AMANHÃ

Gonzaguinha

Ontem um menino que brincava me falou  
Que hoje é semente do amanhã  
Prá não ter medo que vai passar.  
Não se desespere não ! Nem pare de sonhar!  
Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs!  
Deixe a luz do sol brilhar no céu de seu olhar.  
Fé na vida, fá na gente, fé no que virá!  
Nós podemos tudo, nós podemos mais.  
Vamos lá fazer o que será.

## **Lista de Siglas**

**ACOLJOGOC** - Associação do Loteamento João Gonzaga da Costa.  
**ACTs** - Admissão em Caráter Temporário.  
**ADITEPP** - Associação de Treinamento e projetos Pedagógicos.  
**AMPAF** - Associação dos Moradores Parque da Figueira.  
**ANSOL** - Associação dos Moradores do Sol Nascente  
**APROCOM** - Asso. Pró-Desenvolvimento da Comunidade do Monte Verde.  
**APROCRUZ** - Associação de Moradores do Caminho da Cruz  
**BIRD** - Banco Interamericano de Desenvolvimento.  
**C.C.** - Conselho Comunitário.  
**CETE** - Conselho Estadual de Trabalho e Emprego.  
**CMTE** - Conselho Municipal de Trabalho e Emprego.  
**CODEFAT** - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.  
**COMOSG** - Conselho de Moradores do Saco Grande II.  
**CPP** - Centro de Profissionalização Popular.  
**DSS** - Departamento de Serviço Social.  
**ETFESC** - Escola Técnica Federal de Santa Catarina.  
**FAT** - Fundo de Amparo ao Trabalhador.  
**FECOC** - Frente Continente de Organizaciones Comunes.  
**FETESC** - Fundação de Escola Técnica Federal de Santa Catarina.  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
**ICODES** - Instituto de Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Social  
**IPIUF** - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.  
**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases.  
**MEC** - Ministério da Educação e Cultura.  
**NESSOP** - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular.  
**PIB** - Produto Interno Bruto.  
**PMF** - Prefeitura Municipal de Florianópolis.  
**SDSF** - Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família.  
**SENAC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.  
**SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.  
**SESC** - Serviço Social do Comércio.  
**SINE** - Sistema Nacional de Emprego.  
**U.B.S** - Unidade Básica de Saúde.  
**UCPP** - Unidade Comunitária de Produção Popular.  
**UDESC** - Universidade do Estado de Santa Catarina.  
**UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina.  
**CTAI** - Centro de Tecnologia em Automação e Informática.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I - COMPREENDENDO UM CENÁRIO: PARTICIPAÇÃO E UNIVERSIDADE PÚBLICA .....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 - Problematizando a Temática do Público da Universidade Federal de Santa Catarina .....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 - Problematizando a Participação e a Cultura Popular .....<sup>4</sup></b>	<b>26</b>
<b>1.2.1 - A Temática da Participação Popular .....<sup>4</sup></b>	<b>26</b>
<b>1.2.2 - Questões Para Uma Agenda .....<sup>4</sup></b>	<b>33</b>
<b>a - participação popular .....<sup>4</sup></b>	<b>33</b>
<b>b - construção da autonomia .....<sup>4</sup></b>	<b>35</b>
<b>c - cidadania política x cidadania social .....<sup>4</sup></b>	<b>38</b>
<b>d - democracia .....<sup>4</sup></b>	<b>45</b>
<b>1.2.3 - Cultura Popular: Algumas Questões .....<sup>4</sup></b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO II - MEDIAÇÕES POR UMA PRESENÇA DO POPULAR NA POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO E RENDA : UMA EXPERIÊNCIA NO CONVÊNIO UFSC/CPP .....</b>	<b>56</b>
<b>2.1 - O Serviço Social e o Projeto Centro de Profissionalização Popular : A intervenção teórica metodológica .....</b>	<b>67</b>
<b>2.2 - O Caminho Sócio-Pedagógico do curso “Agentes Comunitários de Empreendimentos Produtivos” .....</b>	<b>73</b>
<b>2.2.1 - O Contexto da Experiência .....</b>	<b>73</b>
<b>2.2.2 - O Projeto Centro de Profissionalização Popular no Saco Grande II .....</b>	<b>81</b>
<b>2.2.3 - A Criação do Curso de “Agentes Comunitários de Empreendimentos Produtivos .</b>	<b>83</b>

2.2.4 - Desenvolvimento do Curso: Contexto da Realidade .....	87
2.2.5 - Levantando questões para o conhecimento da realidade local .....	93
2.2.6 – O Questionário: Instrumento de Conhecimento da Realidade.....	94
2.2.7 - Coleta de Dados - Saída a Campo .....	96
2.2.8 -Tabulação e Análise dos Dados .....	99
2.2.9 - Apresentação dos Dados .....	102
2.2.10 - Políticas Públicas do Mundo do Trabalho .....✕	105
2.2.11 - Empreendimentos Coletivos Comunitários .....✕	109
2.2.12 - Avaliação do Curso e o Papel do Serviço Social .....✕	114
 2.3 - O Grupo de Lideranças no Saco Grande II - Um Processo em Construção com o Serviço Social .....	 118
2.3.1 - A Coordenação do Grupo de Lideranças: Novo Desafio à Prática de Estágio do serviço Social .....	121
2.3.2 - O Espaço dos Encontros .....	123
2.3.3 - Articulação e Confronto com o Poder Público : A Mediação do Serviço Social ....	125
2.3.4 - As lideranças no Processo de Coordenação e Implantação dos Cursos de Qualificação Profissional - As Inscrições .....	134
2.3.5 - A Seleção e Organização das Turmas .....	136
 ALGUMAS PALAVRAS FINAIS .....	 140
 DADOS DA DISCIPLINA DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO	
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	 147
 ANEXOS .....	 152

## INTRODUÇÃO

Estamos vivendo em uma época de inúmeras transformações sociais paradigmáticas, sobre as quais precisamos fazer algumas reflexões.

Mudanças de ordem econômica, políticas e sociais, discutidas em um contexto de globalização mundial, onde presenciamos diariamente a hegemonia do capital industrial financeiro, nos impõe uma revolução técnico-científica onde se faz necessário adotar padrões de produzir e de gerir o trabalho de uma forma que não parece ser muito animadora. Isto é, as perspectivas são de exclusão social face a globalização de corte neoliberal.

Na área econômica, vem sendo proposto uma sociedade onde apenas uma pequena parcela da população terá emprego estável e a grande maioria estará na informalidade.

Segundo Oliveira (1997:25) há quem *“anteveja uma sociedade no futuro com 20% incluídos e 80% de excluídos”*, sendo que *“à medida que o número dos sem-trabalho sobe assustadoramente, o tecido social sofre e se debilita”* (folha de São Paulo 24/02/99). Observações como esta nos leva a acreditar que no contexto do social o ‘caos’ tende a se ampliar, face a quase insustentável desigualdade econômico produzida pela concentração de renda onde o rico fica mais rico e o pobre mais pobres.



No campo social, onde a atuação do Estado deveria ser ampliada, observamos o contrário, ou seja, está ocorrendo uma minimização, agravando, neste sentido, cada vez mais, as questões sociais em relação as pessoas mais empobrecidas, passando para a sociedade civil o compromisso de dar conta dos problemas sociais apresentados pela população com o empobrecimento da sociedade, caracterizando, também no campo político, decisões favoráveis às pessoas de renda mais elevada e empresas multinacionais, em detrimento daqueles que deveriam ser constantemente apoiados pelo Estado, hoje conhecidos como excluídos.

Já no político, *“o projeto neoliberal surge como uma reação ao Estado do Bem Estar Social, contra a social democracia”*(Iamamoto,1997:19), o que condiz com a redução do papel do Estado, privatizações de empresas estatais e liberação do comércio internacional.

Na explicação a essas questões, o relatório da FECOC, realizado em Porto Alegre, com a participação de 11 países, incluindo o Brasil, coloca que

“Frente a estos hechos, la sociedade lucha cotidianamente contra la exclusión y el neoliberalismo, impulsando proyectos estratégicos que le permitan el cambio de las políticas públicas, pero también ha logrado abrir espacios de participación directa que van configurando la nueva sociedad” (02/11/97).

Com isso, as formas de organização da sociedade civil comprometidas com uma vida cidadã, buscam dar seus insistentes passos, no âmbito da organização coletiva no espaço geopolítico social.

O trabalho que ora apresentamos tenta, mesmo que timidamente, mostrar o caminho trilhado pelas organizações comunitárias/populares do Bairro Saco Grande II localizado na Ilha de Santa Catarina, pela constituição de uma alternativa para “...viabilizar atividades geradoras de emprego e renda, abrindo um novo espaço de cidadania gerador de novas relações sociais entre produtos e destes com consumidores” (Lisboa, 1997: 4)

Hoje, com as transformações pelas quais passa a sociedade, mais precisamente no mundo do trabalho, cuja mão-de-obra majoritária está representada por pessoas com pouca qualificação, estas transformações as tornam dispensáveis, contribuindo para a mais grave deterioração do sentimento de auto-estima humana, que é o do seu reconhecimento social.

O Brasil, como qualquer outro país do mundo, vive esta situação drástica, com privatizações, terceirizações de serviços ou subcontratações, contrato por tempo determinado, flexibilização, robótica, extinção de profissões entre outras.

Telles (1996: 96) nos coloca que “além da degradação das condições de trabalho e deteriorização de padrões salariais, uma segmentação jurídica joga muitos no pior dos mundos”. Esses e outros problemas geram muitas preocupações

para toda a população, pois exige pessoas mais preparadas, mais qualificadas para atuarem no mercado de trabalho, ocorrendo com isso uma grande disputa entre os profissionais, estando na frente sempre o que tiver melhor preparado. Para tanto, o papel do Estado e da sociedade na resolução de questões sociais engendradas neste contexto vem sendo amplamente discutidos nos últimos tempos, buscando, esta sociedade, exercer o direito por uma vida cidadã de inclusão social.

Nesta direção, a luta por trabalhadores qualificados e conscientes da situação sócio-política vigente a organização comunitária popular representa um espaço de relevância, no sentido de articular os sujeitos sociais no coletivo, formando privilegiadamente grupos, bem como trabalhar as potencialidades do desenvolvimento sócio-humano econômico local. A idéia do trabalho em grupo seria uma das alternativas de ação e de reflexão no coletivo, de forma solidária, valorizando e resgatando a identidade sócio cultural dos sujeitos.

A trajetória que a sociedade civil vem fazendo no resgate a cidadania, deixa claro que esta cidadania está em construção e lentamente assistimos ocorrências de sua ampliação, que muito diz sobre as organizações das classes populares, as quais sofrem processos contínuos de exclusão, no dizer de José de Souza Martins, de *"inclusões indecente"* na nossa sociedade.

Nessa perspectiva, entendemos que a nossa atuação junto a organização popular, pressupõe uma discussão coletiva mais ampla no eixo de luta das políticas

públicas, referendadas nas políticas de trabalho e geração de renda no âmbito do projeto CPP.

Mediante essa situação, o trabalho que ora apresentamos, é fruto do processo de formação acadêmica/profissional, realizado junto ao projeto “*Centro de Profissionalização Popular*”- CPP -, como estágio curricular de Serviço Social e desenvolvido no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, no período de Março de 1997 a Outubro de 1998.

A vontade de expressar, através da escrita, a prática do Serviço Social, atende vários questionamentos que são levantados em torno do “ *o que faz o Assistente Social na área de organização comunitária popular* ”?

Sendo o Projeto CPP desenvolvido em áreas empobrecidas da cidade, com projetos de geração de renda, qualificar as lideranças comunitárias para que pudessem ir além do que estava sendo feito no espaço local. Assim, buscamos descrever a trajetória realizada junto as lideranças comunitárias no Saco Grande II, no curso “**Agentes Comunitários de Empreendimento Produtivos**” e no “**grupo de lideranças local**”.

O trabalho, para uma melhor compreensão, divide-se em dois capítulos:

No primeiro capítulo, primeira parte, procuramos descrever o cenário da universidade pública do nosso país e a participação da população nesta

universidade, na atual conjuntura nacional, bem como o projeto do BIRD que prevê a transformação destas em organizações sociais. Buscamos ainda, na segunda parte do primeiro capítulo, estabelecer alguns pontos para uma agenda da participação popular, levantando para discussão alguns questionamentos sobre: autonomia, cidadania, democracia e cultura popular.

No segundo capítulo, inicialmente, tratamos da universidade no convênio UFSC/CPP e a organização comunitária, e num segundo momento, damos maior ênfase a sistematização, passo-a-passo, da prática realizada junto ao grupo de lideranças comunitárias do Saco Grande II, desde a discussão inicial do curso junto a equipe interdisciplinar do projeto UFSC/CPP até a realização dos cursos de qualificação profissional, resultado da pesquisa realizada na comunidade.

Goulart (1997: 6) nos coloca que:

“a posição dos profissionais de Serviço Social deve ser de compromisso social, de construção de um projeto civilizatório, onde a questão social deixe de ser compreendida apenas como assistencialismo e sim um direito político”.

Assim, percebemos a relevância da inserção do Serviço Social neste curso, pois é uma conquista de espaço profissional e de grande contribuição para a sociedade.

Desejamos que o presente trabalho venha contribuir para uma reflexão no âmbito da organização popular, nas questões de desenvolvimento local, no

contexto das políticas públicas e na busca de alternativas para uma melhor qualidade de vida da população que se encontra desempregada ou subempregada e aqueles que não serão mais incluídos nas várias questões, principalmente no mundo do trabalho, em função de questões como a de tecnologias sofisticadas.

Bem sabemos que o Projeto CPP não vai acabar com a pobreza, no entanto, poderá possibilitar um fazer diferente no cotidiano dos sujeitos sociais das comunidades participantes.

## **CAPÍTULO I - COMPREENDENDO UM CENÁRIO: PARTICIPAÇÃO E UNIVERSIDADE PÚBLICA.**

Desejamos iniciar essa reflexão fazendo a seguinte pergunta: qual é o cenário que está posto hoje na **Universidade Pública** do nosso país? As primeiras impressões nos dão conta de uma situação que vai tornando visível algumas respostas às inadequadas condições das salas de aula, quanto ao seu conforto ambiental e condições para o uso adequado de material didático. Na biblioteca, é insuficiente o número de livros para atender a quantidade de alunos que deles necessitam e ainda, constantemente é preciso saber lidar com a não aquisição de volumes fundamentais à formação profissional da atualidade. Nos laboratórios, professores, alunos e funcionários de apoio deparam-se com a falta de manutenção e matéria prima insuficiente.

Estas são algumas questões que expressam a crise da universidade pública (de direito público), cada vez mais ameaçado face às novas regras impostas pela Reforma do Estado brasileiro, pelo mercado nacional e internacional.

É no âmbito do projeto de privatizações de setores públicos fundamentais em processo de consolidação no Brasil, que a crise da universidade pública se situa.

Este projeto prevê a transformação das Universidades Públicas em Organizações Sociais, sendo que as normas e regras serão impostas pelo BIRD, que exige do Governo brasileiro enxugamento dos gastos públicos, principalmente na área social, para concessão de empréstimos ao país. Segundo o artigo 1º, da Medida Provisória de 09 de Outubro de 1997,

“O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam de proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidas aos requisitos previstos nesta medida provisória.” (BRASIL, 1997: 22836).

Tais regras atingem, principalmente, as universidades públicas brasileiras e têm quatro premissas básicas:

- **Maior diversificação dos tipos de instituição:** neste sentido o BIRD classifica em 3 formas institucionais:
  - a) sistema estatal não diferenciado ( só universidades estatais);
  - b) sistema estatal diferenciado (universidades mais instituições não universitárias);
  - c) sistema estatal e privado diferenciado.

“Desse modo, o BIRD propõe o incentivo às instituições privadas, através de uma regulamentação apropriada como, por exemplo, não controlar os preços das mensalidades ou estabelecer subsídios do Estado a essas instituições, justificando que estes últimos são menos onerosos para os



cofres públicos do que fazer novos investimentos nas universidades públicas”. ( Plural, 1997. 17).

- **Diversificação das fontes de financiamento das instituições públicas de ensino superior:** estas fontes de recursos não oficiais devem ser de 3 formas:
  - a) ensino pago;
  - b) doação de ex-aluno e de empresas;
  - c) incentivos a atividades universitárias que gerem renda.

Nestas situações, o primeiro caso seria do pagamento, por parte dos alunos, de matrículas e mensalidades, de tal forma que possibilitem a obtenção de 25% a 30% do total de recursos gastos por estudante. Já no segundo caso, as doações de ex-alunos e da iniciativa privada devem ser estimulados através de incentivos tributários, como é o caso dos Estados Unidos, por fim deveriam ser desenvolvidas atividades que pudessem gerar renda nas instituições públicas, tais como: cursos, consultoria e pesquisas encomendadas por empresas.

- **Redefinição da função do Estado no que concerne ao ensino superior:**

Neste ponto a questão central

“é a da autonomia e financiamento das instituições públicas, através da descentralização da administração e gerenciamento eficiente dos recursos, com liberdade para estas instituições de cobranças das matrículas e mensalidades; contratação de professores e determinação de seus salários ( reconhecidamente aviltados); definição do número de vagas

oferecidas, etc. Tudo isso, de acordo com as tendências apontadas pelo mercado, em geral o mercado de trabalho, em particular” (PLURAL, 1997 .19).

- **Adoção da política de qualidade e equidade:** na ótica do BIRD, a melhoria da qualidade do ensino superior e o aumento do número de vagas pode ser obtido “*com pouco ou nenhum aumento do gasto público*”, onde um número maior de estudantes teria acesso ao ensino superior, sem aumentar os recursos orçamentários. Assim, a avaliação do desempenho da universidade e da criação dos centros de excelência e adaptabilidade do ensino, pesquisa e extensão, atendendo as normas do mercado, seriam pontos centrais para o ensino superior.

No que se refere à qualidade do ensino, o documento reconhece a necessidade de professores bem qualificados e motivados, com melhores condições de trabalho, redes informatizadas, de fácil acesso a todos, sendo estes, fatores preponderante no desempenho acadêmico. Neste sentido, a universidade passa a vislumbrar somente o mercado, submetendo-se às normas competitivas impostas pelas necessidades do lucro e do capital. Segundo Bresser Pereira (1997), todas as universidades são organizações Públicas não estatais. Mas precisamos analisar uma questão e essa parece-nos ser a principal: *‘a cultura’*.

No Brasil não possuímos ainda uma cultura de empresas e ex-alunos que saíram da universidade para dar um retorno financeiro a esta. “*É uma diferença*

*cultural que deve ser levada em conta quando se pretende avaliar as reais possibilidades do modelo de organizações sociais” (D’Oliveira: 1998. 65)*

Perante o que foi exposto sobre o futuro das universidades públicas do nosso país, somos levados a questionar alguns pontos, como, por exemplo: quem terá acesso a este ensino superior? pois sabemos que muitos alunos que ainda estudam em universidades públicas, hoje, não têm condições de pagar uma universidade particular. Questionamos o sentido de termos uma instituição que somente forme mão de obra para atender o mercado, sem pensar em formarmos críticos, ou melhor, intelectuais que pensem a realidade e proponham mudanças na sociedade. Vivemos em um país de grandes desigualdades sociais, onde, 50% mais pobres ficam com apenas 10% da renda, enquanto os 5% mais ricos recebem 20% dela.

Não se trata apenas da desigualdade na renda, que está posta a nossos olhos, o que nos preocupa e que afeta diretamente o ensino público do qual trata este ponto é a questão da dívida externa brasileira, a qual pagamos 38 bilhões de dólares, que equivalem a 4,5% do PIB nacional, enquanto este cresceu apenas 1,5% neste último ano. Outro dado que nos preocupa é que 63% das privatizações ocorridas no Brasil foram compradas por empresas estrangeiras que aqui se instalaram. (“Projeto Popular para o Brasil).

A partir desses dados alarmantes, para um governo que não tem interesse em ser criticado, ou melhor, questionado de como está a situação do Brasil, é melhor formar massa trabalhadora do que pessoas pensantes para propor alternativas de mudanças para o país. O projeto do Banco Mundial vem sendo posto em prática e tem como principal objetivo

“redefinir o papel do ensino universitário, e principalmente, descaracterizar (ou dismantelar) a Universidade, como locus de reflexão de produção do conhecimento científico, de forma autônoma e livre, como sempre foi o sentido do ensino acadêmico e universalizante”( Plural, 1998.26).

A nova LDB da educação, também, vem afirmar através da Lei n.º 9.394/96, no seu art. 43- que a educação superior tem por finalidade principal:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; “**
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;**
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da**

**criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.**

Estes três pontos, entre outros, são de maior relevância, e que precisam ser discutidos para entendermos o que está acontecendo e qual é realmente o papel da universidade pública do nosso país.

Mas, o próprio governo brasileiro questiona a universidade pública, divulgando informações que são frequentemente deturpadas e incorretas. Não podemos perder de vista que 90% das pesquisas científicas feitas hoje no Brasil são realizadas em universidades públicas. Segundo dados publicados recentemente, no *Jornal Universitário* de 15/11/98, as universidades públicas federais absorvem cerca de 15% de todo o orçamento para a educação brasileira, mas o governo insiste em argumentar que o ensino superior federal gasta de 70 a 80% de todas as verbas do MEC.

Para termos uma idéia, a UFSC sobrevive a mais de uma década com apenas 4% dos recursos para custeio de gastos operacionais. Esta é uma questão que gera indignação a qualquer cidadão brasileiro, pois com o descaso que o governo vem tratando a educação, principalmente a universidade pública, não há como se pensar um povo com cidadania e dignidade humana, sem pensarmos no básico, que é a educação. A independência da nação brasileira vai continuar cada vez mais, sendo um sonho adiado, pois esta independência só se conquista com conhecimento,

e este sofre o descaso, como está acontecendo atualmente com o ensino público de nível superior.

Pensar as contribuições da universidade pública brasileira à sociedade, é compreender *“A educação, como sendo um dos processos que age na sociedade, ou melhor, um dos sistemas de ação social...”*(CALAZANAS e VLASMAN, 1978. 161), que melhor se aproxima da população, provocando mudanças comportamentais e ações na sociedade. Assim, a educação não pode ser analisada somente do ponto de vista pedagógico, é um sistema global, de ação social, ligada aos aspectos econômicos, culturais, políticos, que formam uma interrelação com outros subsistemas, e a partir disso define sua função na sociedade. Uma concepção de educação nesta direção exige lutas cotidianas, pois a universidade pública, no cenário educacional e econômico que está posta atualmente, vem sofrendo muito com os cortes realizados nas verbas, principalmente para bolsas de estudo, que condiz um total de 10% nas verbas destinadas às pesquisas de graduação e pós-graduação.

Outro fator a resaltar, é a não realização de concursos para professores e funcionários. Estes, principalmente os professores, são contratados como ACTs, num período de aproximadamente um ano e meio, comprometendo a qualidade do ensino, a realização de pesquisa e a extensão, ficando prejudicada a permanência de professores em sala de aula, levando conseqüentemente uma

deterioração da remuneração dos professores. Esses são sinais da privatização das universidades públicas do nosso país

“Se a universidade for privatizada, no entanto, a sociedade vai perder mais do que imagina. Vai lhe ser roubado o direito de avançar em um processo de construção da cidadania apoiado no desenvolvimento científico, tecnológico, social e político. A independência da nação brasileira vai continuar sendo um sonho inatingível.” (Jornal Universitário 15/10/96).

A crise nas universidades vem alastrando-se há muito tempo, e agrava-se a cada dia que passa. Isso vem sendo sustentado face à hegemonia da política neo-liberal, que propõe a minimização do Estado na educação do ensino universitário. Assim, aceleram-se ações, autoritariamente impostas pelo MEC, que inaugura práticas contra a gratuidade do ensino universitário (cobrança de taxas dos alunos, pós-graduação paga, encerramento de serviços de produção e socialização do saber nas áreas de pesquisa e extensão, voltadas aos segmentos empobrecidos da população e venda da sua produção científico-tecnológica a preços de mercado).

O sistema universitário no Brasil é muito recente, possui aproximadamente 80 anos e a média das universidades brasileiras, tanto públicas como privadas, é em torno de 40 anos. Mas a luta pela autonomia nasceu com a universidade enquanto instituição, há mais ou menos 900, anos referindo-se à Universidade de Bolonha, na Espanha. Os antecedentes do ensino público no Brasil,

em relação ao ensino privado remontam ao período colonial, ainda hoje considerado colônia pelos países Americanos, principalmente por ser considerado um país de terceiro mundo, isto é, em desenvolvimento, com gritantes diferenças sociais.

Em meados do Século XVIII, as “*reformas Pombalinas da instrução pública*”, determinavam a expulsão dos jesuítas que exerciam, na prática, o monopólio do ensino no país. No final dos anos 50, inicia-se uma campanha em prol da escola pública, imaginava-se um Estado neutro, que atuasse acima de qualquer diferença de classe social, configurando-se, com isso, o guardião dos interesses da sociedade em seu meio. Saviani (1986:12) nos coloca, a partir disso, que “*a conclusão de que colocar a educação sob a tutela do Estado constituía a estratégia adequada para garantir o entendimento das necessidades brasileiras*”.

Neste sentido, questiona-se o que Saviani coloca em relação ao Estado e a educação pública para a sociedade brasileira, buscando compreender como a sociedade entende este processo.

A universidade pública vem sofrendo fortes críticas em relação a quem possui acesso a ela. As pessoas que fazem uso da mesma, são aquelas na sua maioria, que tiveram condições de estudar em escolas particulares e cursinhos pré-vestibulares, ficando a grande massa da população estudando em universidade privada.



analisados, e após dar um retorno aos sujeitos envolvidos como uma trajetória necessária à construção de projetos que visem a melhoria da situação que está posta e assim, ter uma qualidade de vida digna. Oliveira (1986:27 ) nos dá outra definição do que vem a ser extensão,

“processo de articulação da universidade com a sociedade, a partir da devolução do saber e conhecimentos produzidos em seu interior, não se restringe à prestação de serviços, treinamentos e cursos, mas implica um contexto em que a sociedade e a universidade buscam contribuir para a elevação da qualidade de vida dos que estão buscando formação e dos que têm acesso a essa formação”.

Analisando o que nos coloca Oliveira, é necessário que a sociedade, principalmente aquelas que são atendidas com projetos de extensão universitária, tome conhecimento do que está acontecendo com a universidade pública do nosso país e faça frente ao projeto de privatização que está sendo imposto pelo Banco Mundial, conforme já mencionado. As perdas serão incalculáveis, e quem perde com todo esse desmantelamento da universidade pública, com certeza, é uma camada mais pobre da sociedade, principalmente aquelas pessoas que fazem uso dos serviços sociais públicos, como é o caso da saúde, assistência jurídica, organização comunitária e também estudos e pesquisas realizados em comunidades, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida para seus moradores.

Frente a este contexto, a universidade pública, como produtora de conhecimentos e formadora de cidadãos, deve contribuir e dar respostas à comunidade local / nacional e internacional, criticamente, não somente às exigências impostas pelo mercado, mas, assumindo a responsabilidade social de ser gestor de um saber fazer direcionado para um projeto civilizado, ético-humanizador.

### **1.1 - Problematicando a Temática do Público da Universidade Federal de Santa Catarina**

A Universidade Federal de Santa Catarina, localizada na Capital do Estado de Santa Catarina (Florianópolis), ocupa uma área de 184.000m<sup>2</sup> edificadas, e nela estudam e trabalham cerca de 20.000 pessoas. A capital está localizada numa Ilha, comporta cerca de 300.000 mil habitantes e tem como principal atividade a área de serviços.

O ensino superior da universidade foi criado em 18 de dezembro de 1960, pela Lei 3.849, no Governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Porém o ensino superior de Santa Catarina teve seu início no ano de 1955, por um grupo comandado por José Arthur Boiteux para formar o Instituto Politécnico, estruturado para atender dois cursos: O preparatório (ginasial) e o de especialização em nível superior. Em 1955 foi fundada a Faculdade de Serviço Social, mantida pela Fundação Vidal Ramos.

A Universidade cumpre o seu papel junto à comunidade através da história, no desenvolvimento da sua cultura e da ciência, elevando o Estado e o Brasil perante as Nações Mundiais. Neste sentido, atende a todos os graus de ensino, buscando através da educação integral, adequar o ensino ao potencial do aluno, bem como da realidade do Estado. Investe na educação pré-escolar de primeiro, segundo e terceiro grau, num ensino público e de qualidade, exercendo assim um papel decisivo para a promoção da cidadania e do desenvolvimento da sociedade.

O tripé marcante da universidade compreende o ensino, pesquisa e extensão, destacando e desenvolvendo a cidade e influenciando todo o Estado. Este tripé está definido na Constituição Federal do Brasil de 1988, que estabelece no art. 207 que

“As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Const. Federal, 1989: 117).

Quanto a pesquisa, a UFSC desenvolve várias linhas em diversas áreas do conhecimento e que estão em benefício da sociedade:

Curso: Serviço Social	Curso: Enfermagem	Curso: Ciências Sociais
-Identificação de demandas sócio-assistenciais.	-O processo de viver, ser saudável/adoecer com cidadania	-Convívio social, micro-política e afetividade.

-Políticas sociais públicas e demandas populares.		-Saúde e sociedade no Brasil  -Cultura e comunicação
-Redes de atenção sócio-assistenciais da sociedade civil.		-Empresariado, Estado e sociedade.
		-Sociologia da educação  -Sociologia rural
		-Sociologia da inovação

\* Dados coletados: <http://www.ufsc.com.br> - Internet

Atualmente a universidade oferece 37 cursos de graduação com 66 habilitações, 44 cursos de especialização, 28 de mestrado e 10 de doutorado, com perspectivas, de novos cursos para os próximos anos. Estes cursos são distribuídos em 11 centros de ensino, de três áreas: ciências da saúde, humanas, e exatas. Junto a isso desenvolve centenas de projetos de pesquisa que contribuem decididamente para a melhoria da qualidade do ensino oferecido à comunidade.

A sua temática de formação e pesquisa engajada com a sociedade tem permitido a cooperação efetiva com várias instituições públicas e empresas industriais, além de contribuir através de seus egressos, com centros e departamentos de pesquisa e desenvolvimento.

O corpo discente da UFSC, vindo das mais diversas regiões do país, possui 1.644 alunos no primeiro grau, 16.324 na graduação e 3.163 na pós-graduação (dados de 95).

A maior parte da pesquisa da universidade pode ser classificada como pesquisa científica ou fundamental, objetivando a missão universitária de criar o conhecimento e preservar o saber. É um fator importante de projeção do conhecimento universitário para a prestação de serviços à comunidade em geral, permitindo se fazer presente em vários segmentos de atividades sociais e econômicas.

Neste contexto, a Universidade vem se destacando nacionalmente como a instituição de nível superior que se desenvolveu muito na área de cooperação internacional. Sua integração na comunidade acadêmica de outros países, e sua presença no Universo das Nações, vem se concretizando através de um efetivo trabalho junto aos organismos nacionais e internacionais. Estando a Universidade inserida entre os setores sociais, busca engajar-se no desenvolvimento humano como fator preponderante da sua ação principalmente *“com as bases populares e com os setores ligados diretamente à produção dos meios de vida”* (Boff, 1998: 66).

Os setores mais populares da população, sentem necessidades de um saber, seja ele técnico ou humano. É neste, âmbito que a universidade deve atuar socializando o seu saber e proporcionar condições para que a população participe e

neste sentido resgatar o seu caráter de público, onde “*será servidora da sociedade, e não apenas daqueles privilegiados que conseguem se inscrever nela*” (Boff, 1998: 67).

## 1.2 - Problematizando a Participação e a Cultura Popular

### 1.2.1- A Temática da Participação Popular

A categoria “**participação**” em nosso entender tem muitas formas de ser interpretadas face à visão de homem e de mundo que se estruturam na sociedade contemporânea. Etimologicamente falando, participação vem de parte, participar é fazer parte, tomar parte ou ter parte de alguma coisa.

Antes de mais nada precisamos entender o porquê participar. Participação quando se trata de organização popular, tem uma única conotação de organizar e discutir alguma coisa que precisa ser feita, principalmente problemas que precisam ser resolvidos nos espaços de participação. O interesse por participar cresce segundo a conjuntura da realidade social e se manifesta das mais variadas formas.

A modernidade com as suas grandes transformações culturais, tecnológicas, competitivas e do mundo de trabalho, num primeiro momento, faz com que as pessoas se individualizem, se massifiquem e se automatizem, levando a situações calamitosas de relacionamento.

Na atualidade as consequências desta trajetória revelam sujeitos conscientes da situação, e que procuram, como uma forma de reação, maneiras que os levam a participação nos grupos e/ou em seus locais de moradias, trabalhando coletivamente. Essa participação coletiva oportuniza a construção de uma democracia participativa, em que se universaliza equitativamente direitos de participar, opinar, sugerir e discutir direitos e deveres que devem ser vivenciadas pelos participantes.

Para entendermos essa questão é necessário expressarmos o quinto princípio do Código de Ética do Assistente Social (1996:190), que coloca *“o posicionamento em favor da equidade e justiça social, de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”*. Bordenave (1986 :8) afirma dizendo que *“democracia é um estado de participação”*

O uso constante da palavra participação, revela a aspiração, de alguns setores da população, para assumirem cada vez mais o controle do seu próprio destino.

A participação, para melhor entendermos, inspira como uma luta necessária a construção de uma melhor qualidade de vida, isto é, o espaço que instrumentaliza os indivíduos para a ação coletiva e consequentemente efetiva o direito da cidadania.

Bordenave (1986:14) nos coloca que *“a participação popular e a descentralização das decisões mostram-se como caminhos mais adequados para enfrentar os problemas graves e complexos dos países em desenvolvimento”*. A partir da colocação deste autor podemos entender que a participação não é apenas um instrumento para resolvermos os problemas da população, mas sobretudo uma necessidade fundamental do ser humano para poder se desenvolver e fazer parte da sociedade.

A participação é o caminho natural para o homem manifestar sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo em seu favor. Heidemann faz um alerta em relação à participação, pois pode vir a ser uma forma de dominação de quem detem o poder em relação aos grupos populares. A partir disso coloca que

*“a participação, quando é resultado da conquista e da luta dos movimentos populares, constituiu-se num verdadeiro exercício de construção da cidadania, embora perceba-se que, na maioria das vezes, a participação serve para legitimar interesses de grupos dominantes, que se utilizam de mecanismos de cooptação para poder reconhecer a sua dominação e dificultar a mobilização popular” ( Heidemann, 1994: 10).*

Neste sentido a participação pode ser entendida de duas formas: uma como base efetiva , em que participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com os outros, e a outra é a base instrumental, quando justifica que fazer coisas com



os outros produz muito mais resultado e qualidade do que fazê-las sozinho. O ponto central da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte da situação em movimento

A participação é essencial à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde sua origem até os dias atuais. Portanto, o homem é por natureza um ser participativo e que não pode sobreviver isolado do meio onde vive. Assim, para entendermos um pouco sobre participação nos processos decisórios da organização comunitária, é necessário entendermos como as pessoas interagem neste processo, como elas vão participando, engajando-se no desenrolar de toda uma organização, tanto em nível micro como macro. Nível micro, segundo Bordenave, é a família e as associações, e nível macro vai mais além, intervém nas lutas sociais, econômicas e políticas de seu tempo.

Pode-se aqui começar a levantar questões quanto à forma de participação das lideranças do bairro Saco Grande II, em Florianópolis. A realidade vivenciada, e que ora enfoco, imprime o esforço realizado pelas lideranças na busca de um entendimento e assimilação daquilo que a realidade apresenta nas dimensões sociais, políticas e culturais, sendo as mesmas imbrincadas "*na sociedade por uma engrenagem de estruturas econômicas.*"( O'Gorman, 1981:28). O seu processo inicial, se deu no nível micro, isto é, no espaço local da associação, de decisões

coletivas, para um nível macro que envolve um número maior de associações e o espaço de intervenção é mais amplo.

A cada nível, o movimento de participação será diferente. A dinâmica da micro-participação é diferente da dinâmica da macro-participação. Cada indivíduo participa mais intensamente do grupo quando o objetivo da ação traz benefícios para si e para os que o rodeiam.

A participação na organização comunitária, associações de moradores, movimentos sociais e outros, consiste num micro-cosmo, isto é, num micro espaço dinâmico de forma a representar a própria sociedade ou nação, e esta participação normalmente acontece de forma voluntária, quando suas lideranças dispõem do tempo de seu trabalho, recursos financeiros próprios, meios de locomoção e na maioria das vezes privando-se de horários de lazer ou de estar com suas famílias para dedicar-se ao trabalho da comunidade.

A organização comunitária, na maioria das vezes, possui um grupo de lideranças, que coordena todo o trabalho ou um pequeno grupo que estimula ou sustenta a organização e mobilização do grupo de lideranças ou outros grupos, mas neste caso trata-se especificamente de grupo de lideranças, que interagem mais de perto com a população e com outros grupos.

No entanto, para que haja uma participação efetiva é necessário que haja uma sensibilização e uma mobilização dos sujeitos em torno de algo que precisa

ser feito. Dessa forma, possibilita-se uma conscientização das demandas, imprimindo o fazer na dinâmica do pensar, criando assim uma identidade de grupo caracterizada também como fazer coletivo a partir das experiências e das expressões populares.

Bordenave (1986: 59).coloca que

“as comunidades populares, longe de serem organismos estanques, encontram seu sentido no relacionamento com instituições econômicas, sociais, políticas e culturais que compõe a sociedade”.

Passar a entender a participação e a organização como uma luta necessária à construção de uma melhor qualidade de vida, é não deixar de insistir em buscar suas fontes próprias e legítimas, as quais constituem o terreno da participação, isto é, o espaço que instrumentaliza os indivíduos para a ação coletiva e consequentemente efetiva o direito à cidadania.

A categoria comunidade é compreendida no contexto do presente trabalho, segundo Heidemann (1994: 9) como o local em que se concretizam as relações entre os indivíduos, a partir destas relações constroem as suas ações coletivas. Neste sentido, a comunidade aparece como espaço importante para o desenvolvimento do homem e a participação acontece quando existem interesses e aumenta quando há interferência de instituições que ajudam a comunidade a resolver seus problemas, melhorando o acesso aos recursos e utilizando os mecanismos

próprios da comunidade, ou também em alguns casos a instituição pode obscurecer o trabalho da comunidade, impedindo que este aconteça.

Neste caso, a instituição que interfere na comunidade para ajudar a resolver os problemas é a universidade, que presta seus serviços junto à população através de projetos de extensão e de estágios curriculares de seus alunos, para que essa possa vir a desenvolver-se e passar a ter uma melhor qualidade de vida .

Esta participação não se dá de forma individual entre as lideranças e a universidade. Em decorrência da sociabilidade das lutas, ela passa a se tornar coletiva, isto quer dizer, que *“os laços de solidariedade que surgem quando as pessoas se agrupam para criar redes de transportes ou sistemas de esgotos e coleta de lixo lhes dá um poder coletivo”* (Wolf, 1992: 28).

Pode-se então dizer que vai sendo contituido

“um sentido de sujeito coletivo, entendido no âmbito da coletividade, em que se esboça uma identidade e se orgnizam práticas através das quais seus membros buscam defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas”.( Sader: 1988 .55)

Finalmente compreende-se a participação como um processo que se expressa no cotidiano da dinâmica da sociedade, em que supõe-se o reconhecimento das necessidade básicas da população, autovalorização das pessoas e da cultura a qual pertencem. Sendo a questão da cultura do povo, fator preponderante no

processo de transformação do meio. Para o Serviço Social é fundamental, entender as relações sócio participativas entre os sujeitos sociais, por que busca fortalecer os espaços de decisões coletivo.

Este tema da participação popular e da cultura vem sendo discutido muito hoje no meio acadêmico, como também no âmbito dos partidos políticos, principalmente os partidos de esquerda., que buscam ampliar os espaços para que essa participação cultural se faça presente, assim trataremos mais deste assunto no próximo ponto que segue.

### **1.2.2 - Questões para uma agenda.**

#### **a - participação popular**

Pensarmos em questões para uma agenda, é pensarmos também em como construir a participação dos sujeitos nesta agenda. Agenda antes de mais nada, são pontos que elencamos para discutirmos ou deveres que não podemos deixar de executar. Mas a agenda que pretendemos discutir aqui, é acima, de tudo uma agenda de construção, de algo que precisa ser consolidado, são desejos e necessidades de pessoas que pensam e que desejam uma participação mais efetiva nos espaços públicos. Participação esta que lhes é de direito garantido e muitas vezes não é exercido por uma simples questão: o desconhecimento.

Os sujeitos sociais com os quais o Serviço Social atua, normalmente não têm acesso ao conhecimento de seus direitos e muito menos de suas obrigações. A construção da participação, para o exercício do direito e das obrigações, não acontece de um dia para o outro, é um processo demorado, pois os sujeitos precisam, antes de tudo, ter o conhecimento das suas necessidades, passar a assimilá-las, discuti-las, organizá-las, tentar encontrar soluções. Nos dias atuais sabemos que esse processo não acontece facilmente, pois a todo o momento vão sendo encontradas barreiras e colocando-se obstáculos para que isso não ocorra.

A construção da participação é um processo dialético que a cada dia vai sofrendo transformações, os sujeitos sociais vão e voltam, precisando conhecer e assimilar todo o processo. É nestes espaços que as diferenças individuais começam a aparecer e precisam ser respeitadas, pois cada ser é único e tem a liberdade de expressar-se. A participação acontece no coletivo, mas as manifestações dos sujeitos acontecem no particular. Segundo Maria Luiza de Souza (1991:79), a participação *“é um processo existencial concreto que se produz na sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população”*. Assim, são nos espaços onde os sujeitos sociais se relacionam que precisam ser consolidadas algumas categorias discutidas teoricamente no decorrer deste trabalho, como: participação popular, autonomia, cidadania e democracia, como uma forma de

contribuirmos para o *desarrollo* humano e de valores éticos centrados nas demandas a ele inerentes.

**b - construção da autonomia.**

A autonomia da participação popular implica, acima de tudo, num conhecimento de seus direitos e numa organização da população no âmbito da sociedade civil. É necessário que o Estado se aproxime da população e dê abertura para que suas reivindicações sejam atendidas. Mas o que se nota, atualmente na sociedade, é um distanciamento do Estado das reais demandas sociais desta sociedade, e isso prejudica as bases para uma construção democrática e autônoma.

Isso só irá se concretizar se o Estado for democrático e der abertura ao povo para participar, para isso, há um desafio de voltarmos e constituir lutas que pareçam ganhas com a Constituição Federal do Brasil de 1988, e que estão sendo tiradas do cenário da classe trabalhadora e da sociedade civil.

Hoje, bem sabemos, que esta abertura não ocorre, apesar de vivermos num sistema político democrático, o Estado se fecha cada vez mais, minimizando os direitos da população e com isso passa a ser um espaço privado, de acesso a poucos que têm o poder de influência.

A autonomia e a participação da população neste sentido *“implica em reverter uma tradição histórica de apropriação privada do espaço público pelas elites que detêm o poder econômico”*( Villas Boas, 1994: 55)

Assim, busca-se romper com o tradicional que está posto e vai-se em busca do novo, de novas formas, abrindo espaços para que a população possa vir a participar e com isso reivindicar seus anseios e necessidades.

Enfim, a conquista de espaços públicos e a descoberta do sentido da ação coletiva na capacidade de alterar o que já está posto e buscar horizontes possíveis de serem alcançados, é o primeiro passo para uma autonomia com participação e organização da população. Isto pode ser caracterizado como uma forma de cidadania, pois no momento que passamos a ter autonomia de pensar, de organizar e manifestar desejos, também passamos a ser cidadãos e fazer parte da sociedade.

A autonomia só se consegue no momento que o cidadão passa a ter conhecimento das coisas, passa a ter o saber, para tanto, *“o saber é resultado de uma construção histórica, realizada por um sujeito coletivo”* (Severino, 1995:53). É uma passagem do senso comum, para um senso crítico da realidade para, parafraseando o que nos coloca Simionato (1995:83)

“A passagem do senso comum, do modo de pensar desorganizado e folclórico, a um pensar crítico e histórico se faz através da luta concreta, a partir dos problemas práticos vividos pelas classes subalternas, as quais, mediante a discussão dos seus problemas, chegarão a um nível de cultura



sempre mais crítico das situações impostas pelo modo capitalista de produção”.

Neste sentido, para que este sujeito tenha conhecimento, é necessário que se propicie a ele conhecimentos, a fim de que possa agir e transformar o seu modo de vida. Para isso existe várias formas, sendo elas reuniões, cursos, palestras ou até mesmo através de seminários. É um processo educativo, de conhecimento e de repasse de informações, é passar a ter consciência da situação, discuti-las e encontrar uma solução, tanto no coletivo como no individual. A prática produtiva dos homens não se dá de forma individual, antropologicamente falando, é a expressão coletiva que faz ele se sentir sujeito do meio, ou seja,

“...a espécie humana só é humana na medida em que se efetiva na sociedade. Não se é propriamente humano fora de um tecido social, que constitui um solo de todas as relações sociais, não apenas como referência circunstancial, mas como matriz, placenta que nutre toda e qualquer atividade posta pelos sujeitos individuais” (Severino, 1995: 48).

Segundo Leonardo Boff ( 1998: ) para que o ser humano se torne sujeito coletivo é necessário ter claro 3 pontos essenciais: o primeiro seria a conquista de poder para ser sujeito pessoal e coletivo de todos os processos relacionados com o pessoal e coletivo; o segundo é a cooperação para além da competição e da concorrência; e o terceiro é o de auto-educar-se continuamente para exercer a cidadania e a concidadania como sujeito. No caso da Organização Popular,

a participação e a discussão dos problemas e das situações que estão postas é fundamental, pois sendo a comunidade, geograficamente falando, o espaço onde os sujeitos sociais se relacionam, é também o espaço em que ocorrem os problemas e onde estes são resolvidos, não de uma forma individual, mas em toda uma coletividade, que se preocupa em buscar entender, discutir e encontrar formas para solucionar estes problemas. Neste sentido, a autonomia do grupo é fundamental, pois começa a ter independência e liberdade de pensamento para expressar-se, mesmo sabendo que existem contradições e forças opostas tentando a dominação de uns sobre os outros que impeçam esta ação.

#### **c - cidadania política x cidadania social**

Para iniciarmos essa discussão, vamos conceituar cidadania nos limites do presente trabalho. Esta palavra tem vários entendimentos e interpretações, portanto, não podemos afirmar que, a que passamos a discorrer seja a única, mas sim aquela da qual acreditamos e possa ser entendida por todos. Para os gregos, segundo Critelli (1995:90)

“...a cidadania era simultaneamente uma conquista individual (uma espécie de qualificação ontológica) e o reconhecimento público de um direito social. Entre seus iguais em liberdade e cidadania, o indivíduo renunciava a toda forma de governo, isto é, não se sujeitava ao comando de nenhum outro homem, como não sujeitaria nenhum outro homem ao seu próprio comando”.

Era entendida meramente como atuação dos homens livres e tudo era decidido mediante palavras e persuasão, sem violência com o espírito da democracia. Mas como nos coloca Manzini-Crove, (1991:19) “...a democracia grega era restrita, pois incluía apenas homens livres, deixando de fora mulheres, crianças e escravos”. Já Leonardo Boff, (1998:57) em seus ensaios sobre cidadania, coloca que ela

“é o processo histórico-social mediante o qual a massa humana consegue forjar condições de consciência, de organização e da elaboração de um projeto que lhe permitem deixar de ser massa e passar a ser povo, como sujeitos históricos capazes de implementar o projeto elaborado”

Cidadania é um termo que está em moda nos dias atuais, está na boca de todo mundo: dos políticos, sindicalistas, professores, enfim, para as pessoas que trabalham com o povo esta palavra é comum. Mas o que significa cidadania? É uma palavra que vem de cidade, para os romanos, civitas e para os gregos antigos, pólis, sendo compreendida no sentido clássico da sociedade política. Segundo o Dicionário de Ciências Sociais, (1986 : 177) cidadania é designada como sendo “o estatuto oriundo do relacionamento existente entre uma pessoa natural e uma sociedade política, conhecida como o Estado, pelo qual a pessoa deve a este obediência e a sociedade lhe deve proteção”. Segundo o dicionário este estatuto baseia-se na regra da lei e no princípio da igualdade para os cidadãos na sociedade, sendo considerada

cidadã, a pessoa natural ou moradora de uma cidade, sujeito de direitos políticos e que ao exercê-lo intervém no governo do país. O fato de ser cidadão propicia a cidadania, o que implica de um lado, a submissão à autoridade, e de outro, o exercício de direito.

Neste sentido passamos a discutir cidadania política e cidadania social.

A primeira restringe-se basicamente à formação do sistema político e revela a presença de um traço permanente de mecanismos controladores da expansão da cidadania política pelo Estado. São identificados como cidadãos todas aquelas pessoas da sociedade que se encontram localizadas em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei, e os que a ocupação, a lei desconhece, tornam-se pré-cidadãos.

Para entendermos melhor essa questão Hélio Trindade (1994: 51) nos coloca que esse tipo singular de cidadania subordinada à profissão legal, nasceu da política econômica e social do varguismo, restringindo o direito dos cidadãos ao lugar que ocupam no espaço produtivo. O padrão brasileiro de cidadania política exposto pelo autor prefere denominar de “*estadania*”, que difere de outros países da América Latina. Inversamente, no Brasil, o veio histórico à cidadania política, se traduziu na década de 20 pelas lutas dos jovens e trabalhadores operários pela realização de direitos e pela construção da cidadania. Na consolidação da cidadania a luta dos trabalhadores foi ponto marcante para a conquista de direitos sociais em

que “...as elites pensavam como atender ou acenar com o atendimento de certas reivindicações”( Manzini-Crove, 1991:61). Foi uma forma da classe operária reivindicar deixando de ser caso de polícia para se tornar caso de política, consolidando-se com isso uma ‘*ampliação da cidadania*’.

Já a cidadania social, se dará por relações Estado x sociedade, e é desencadeada fundamentalmente a partir da segunda grande guerra mundial. Este modelo de cidadania, que vem sendo discutido hoje, supõe uma cidadania democrática, sustentada basicamente pela ação das massas populares, pela existência de partidos de esquerda que mobilizem a população, orientado por projetos de caráter nacional e que acena a uma cidadania de atendimento a todos os direitos sociais e humanos ( salário, saúde, educação, habitação, lazer, etc.)

Passamos a defender um tipo de cidadania que seja construída junto à população pela participação e conscientização dos seus direitos e deveres. Não estamos aqui questionando o tipo de cidadania que está posta, estamos sim, propondo e defendendo uma nova cidadania participativa, que

“não se limite, portanto, à conquistas legais ou o acesso a direitos previamente definidos, ou à implementação efetiva de direitos abstratos e formais, e inclua fortemente a invenção/criação de novos direitos que emergem de lutas específicas e de sua prática concreta” (Dagnino, 1994:108).

Portanto, uma cidadania que tenha como pressuposto básico, a socialização da renda e do poder político e a participação qualitativa dos cidadãos.

Então, neste sentido, o Estado passa a garantir os direitos sociais básicos a população como: direito à saúde, educação, transporte, moradia e outros garantidos por lei. Esse conjunto de prestações sociais diretos, constituem direitos dos cidadãos, sendo estes direitos associados também à condição de trabalhador empregado.

Mas, lentamente isso começa a se reverter na atual conjuntura econômica pelo qual passa o país. O mercado começa a ocupar o papel que era do Estado e passa a lucrar com o que é de direito e conquista da população. Marilena Chauí (1995:411) nos coloca, que não é por acaso que isso ocorre,

“o liberalismo define o Estado como garantidor do direito de propriedade privada e, não por acaso, reduz a cidadania aos direitos dos proprietários privados (vimos que a ampliação da cidadania foi fruto de lutas populares contra as idéias e práticas liberais)”.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 é referência fundamental para a garantia dos direitos sociais de todos os cidadãos, independente de raça, cor, sexo, etc.

Partindo do que nos coloca Chauí, a situação por que passa hoje a sociedade, a cidadania conquistada pelas lutas está deixando de existir, pois existe

uma dualidade, se de um lado é garantido em lei os direitos aos cidadãos, do outro, com a política neo-liberal que está implementada, vai retraindo esses direitos e obrigações do Estado e vai sendo passando para a iniciativa privada, com um único fim: “o lucro”.

Então, pensarmos em cidadania social no âmbito da prática cotidiana do Serviço Social é pensarmos também, em recuperarmos estes direitos e fazer com que as pessoas façam uso dos mesmos, da melhor forma possível. A busca do conhecimento e reconhecimento de reivindicações, os contatos, idas e vindas a fim de reivindicarmos recursos para desenvolvermos o projeto CPP, também é uma forma de cidadania. Mais do que nunca é uma cidadania consolidada, onde se reivindica algo que já foi internalizado e discutido em grupo.

A cidadania se constrói, não podemos exigir direitos e nos cobrar deveres se não tivermos conhecimento. No momento em que nascemos e nos é dado um nome, passamos a fazer parte da sociedade com direitos e obrigações. O primeiro grupo social do qual fazemos parte é a família, e é através dela que nos é passado os primeiros ensinamentos do que é ser um cidadão e fazer parte de uma sociedade com regras. Nela precisamos respeitar e ser respeitado, cumprir regras, com direitos e deveres a cumprir. Depois vem a escola, o clube, o time de futebol, o partido político, em fim, toda uma gama de instituições do qual fazemos parte, com uma participação democrática e de uma cidadania em construção

A cada dia que passa, os cidadãos vão sendo informados através de fóruns, Conselhos de Direito e outros espaços de discussão sobre seus direitos e deveres conquistados. Mas, o mesmo não acontece nas empresas públicas dos órgãos governamentais, onde as informações são barradas às pessoas, taxando-as muitas vezes de “*ignorantes*” e que estes espaços não lhes são convenientes. Pode-se pensar como espaço de discussão coletiva os conselhos populares, que são de livre acesso a todos para discutir e manifestar anseios do dia-a-dia.

Levanta-se esta questão por termos vivido questões de indignação, e questionamos formas de autoritarismo, ou melhor, formas grotescas de tratar questões governamentais com as pessoas, sendo que, os órgão governamentais dependem do desprendimento do seu dinheiro para sustentar-se, ou melhorem-se, manter os órgãos públicos governamentais em funcionamento. O maior descaso acontece principalmente no desvio de recursos públicos para outros fins, não sendo aquele para o qual o dinheiro foi destinado, fazendo uso, muitas vezes, para interesses políticos partidários daqueles que estão no poder e pretendem manter-se ali. O descaso acontece constantemente, e lutar por esses espaços é, acima de tudo uma questão de democracia e cidadania.



#### d - democracia

Falarmos em cidadania e democracia na sociedade contemporânea em que vivemos, é acreditarmos numa nova sociedade justa e humanitária. No pensamento de Rousseau o homem busca o seu espaço, independente do tempo e lugar do qual ele vive. Assim, pensarmos em sociedade igualitária implica, acima de tudo, pensarmos em democracia como regime político, baseado na soberania popular, com pleno reconhecimento dos direitos básicos da população. Democracia seria a liberdade de pensamento, da diversidade de opiniões e do pluralismo político, sendo esta também caracterizada como democracia totalitária, integrada no desenvolvimento humano.

“Para a democracia totalitária, a liberdade somente se torna verdadeira com a realização coletiva de um projeto ou de uma concepção de mundo, instituindo a situação de harmonia quase ideal, aliás uma necessidade e um estímulo à ação” (Vieira, 1992:35)

Ser um cidadão é organizar-se e participar dos espaços que lhes são assegurados. A concepção de cidadania como participação ressurgiu com muita força na Revolução Francesa em 1789, quando o pensamento influenciou os revolucionários, e a principal diferença era a participação dos cidadãos em todos os assuntos que diziam respeito aos interesses comum de todos. Como lembra Marilena

Chauí, a cidadania se define pelos princípios da democracia, significando necessariamente conquista e consolidação social e política.

Tanto a cidadania como a democracia dependem da ação dos sujeitos e do meio da qual participam. A cidadania sofre avanços na subjetividade dos sujeitos. No momento em que o sujeito passa a ter conhecimento do meio ao qual habita, passa a agir e inicia um processo de transformação tanto dele como do meio em que vive, e a democracia avança mais no processo da coletividade e na busca por espaços públicos e privados de reivindicações e proposições.

Dependendo do espaço, começa-se então um processo de interferência dos sujeitos do meio no qual eles atuam. Isso pode ser o primeiro passo para a libertação e de alteração de consciência frente à realidade exposta. É a identidade dos sujeitos envolvidos que vem à tona, é o pensamento e a ação em lidar com o mundo e com as relações. Parece ser um sonho dos homens, mas é a busca de formas possíveis de justiça e igualdade, embora implique numa relação complexa e difícil de resolver. Aqui podemos entender então que o sujeito central do desenvolvimento não é o dinheiro, o mercado, a mercadoria, o setor privado e o público, mas sim *"...o ser humano e os demais seres vivos nas suas múltiplas dimensões..."* (Boff, 1998: 63)

O desejo por uma sociedade democrática, igualitária e com dignidade de vida para todos, é o “*que motiva o ser humano a agir dessa ou daquela forma, como expressão do próprio fluxo de vida*”(Manzini-Covre, 1996:73)

Embora na sua essência o desejo seja sempre inalcançável, não podemos negá-lo, pois esse desejo é traço essencial para a existência da cidadania e também a consolidação da democracia. Nessa perspectiva, entende-se que

“os que estão comprometidos com a democracia estarão insatisfeitos com o presente estado de coisas, no qual a lógica democrática está ainda limitada em um grau muito reduzido e subordinado à lógica da industrialização e do capitalismo”.(Heller, apud Muller, 1989: 163).

A democracia se expressa principalmente nas formas de participar e de administrar dos partidos políticos. “*No sentido de participação popular, nas tomadas de decisão em outras esferas que não o Estado, a democracia pode ter aplicação quase ilimitada*” ( Dic. de Ciências Sociais, 1988: 316). Os partidos de esquerda são os que melhor se identificam com o povo e com este tipo de administração, portanto são esses partidos que conseguem administrar de forma mais democrática e aberta. São os governantes, não as eleições, que mostram se o governo é democrático ou não e se vai administrar em favor da grande massa da população ou de uma determinada parcela da sociedade que detém os meios de

produção e comandando a outra parcela que não tem acesso a esses meios. Liliana de Riz, (1994: 55) nos coloca que

“As eleições mostram somente a possibilidade da democracia, não prova sua existência. Condições mínimas de procedimentos são requeridas para estabelecer uma democracia, mas não são suficientes para assegurar a vigência de uma democracia política moderna”.

Mesmo sabendo que o processo eleitoral é uma das formas de maior expressão democrática do país, a história dos sistemas políticos da sociedade brasileira nos mostram que a democracia vem sendo discutida mais profundamente a partir de meados da década de 80, quando tivemos o fim do regime militar. A inexistência de uma cultura política da população e de uma tradição democrática no país, incide numa série de dificuldades para a sua ampliação *“no sentido de buscar as suas raízes da democracia como soberania popular e não exclusivamente como regime de liberdade individuais e da representação”* ( Benevides, 1994: 13).

Portanto, cidadania e democracia se consolidarão se o povo que delas usufruírem tiverem acesso ao conhecimento e a organização e souber das suas carências, para a partir destas expressar-se e viver dignamente. A única coisa que não podemos tolher nas pessoas é o seu direito de sonhar em ter uma vida melhor, mais digna e com liberdade de expressar seus sentimentos.

A necessidade do fortalecimento de espaços de luta na perspectiva do popular, se faz necessário como um caminho para alterar a desigualdade e a não distribuição da riqueza socialmente produzida na sociedade capitalista.

Assim, pensar em categorias como autonomia, cidadania e democracia, atribuídos nesta parte do trabalho, é fortalecer uma agenda de discussão e construção no cotidiano, constituída por elementos da cultura, solidariedade e coletividade.

### 1.2.3 - Cultura Popular: Algumas Questões.

Estudar a questão da **cultura popular**, é antes entender do que se trata essa cultura. Alguns autores colocam que o popular é um termo mais presente no meio rural e em cidades do interior, isto pode estar associado à noção de que, cultura popular é rude, rústica, ingênua, enfim, algo que se opõe aquilo que está relacionado ao progresso, isto é, a “*civilização*”.

Tal cultura se caracteriza por uma visão de mundo e uma ética construída a partir da tradição do povo, sendo a mesma bastante combatida, principalmente pelas elites dominantes por manter certos elementos de resistência a dominação.

A questão do popular começa a ser discutida por volta de 1893, principalmente na região do Nordeste, onde concentra-se um número muito grande de expressões culturais do povo local. Existe hoje uma preocupação em registrar essa cultura antes que ela acabe. Esta preocupação procede no sentido de que por questões sócio-ambientais ela se massifique perdendo a sua essência, que são os indivíduos. Mance ( 1993: s/p) nos coloca, que esta cultura se caracteriza

“pelos códigos de compreensão de mundo e de vivência ética que são transmitidos através de veículos de comunicação de grande impacto como TV's, rádios, e jornais, entre outros, divulgados, portanto, de maneira massiva e continuada, segundo os interesses das elites que detêm o controle de tais veículos”.

É importante salientar que a cultura de massa, também se apropria de certos *“elementos tradicionais e conservadores da cultura popular, massificando-os e deturpando”*, e em muitos casos o seu sentido original e regional, em que serviria para certas comunidades *“como referência para comportamentos éticos.”* Esta cultura massificada e alienante dos indivíduos é própria da dominação capitalista modelando a subjetividade e mantendo-os num *“nível de consciência ingênua com um comportamento alienante e alienado”* (Mance, 1993: s/p)

As pessoas com as quais nós trabalhamos nas organizações comunitárias, grande parte delas são oriundas do interior, isto é, cidades do interior do Estado, e trazem consigo muitas características culturais do meio rural, do

homem do campo, de pessoas simples, trabalhadoras e lutadoras por aquilo que desejam e acreditam.

A vinda dessas pessoas para a cidade causa uma “quebra” da cultura rural e passam a assumir uma cultura urbana, de cidade. Esse relacionamento entre “cultura” e a “civilização” ameaça o folclore. Isso passa a acontecer, a partir do período da industrialização nos anos 30, e se assentua nos anos 50 com o termo folclorista, que teme um desaparecimento das tradições populares. Isso fez com que houvesse uma preocupação em registrar e salvar a cultura popular.

As práticas populares, na verdade, vão se modificando justamente com o contexto social do qual estão inseridas, mas isso não justifica necessariamente sua extinção. A dificuldade de separar o rural do urbano é explicado por Mário de Andrade (1987: 28), em estudos das manifestações populares, onde coloca “*As condições de rapidez, falta de equilíbrio e de unidade do progresso americano, tornam indelimitáveis espiritualmente, entre nós, as zonas rural e urbana (...)*”.

O contexto do qual o popular habita e se desenvolve, está interligado com as práticas culturais populares, com as organizações sociais, instituições e com os grupos sociais que as realizam.

Bastide (1987:32) afirma em relação a isso que (...)

“se as estruturas sociais se modelam conforme as normas culturais, a cultura, por sua vez, não pode existir sem uma estrutura que não só lhe serve de base, mas que ainda é um dos fatores de sua criação ou de sua metamorfose”.

Partindo do pressuposto de que são as organizações sociais, comunitárias, grupos ou outros que sustentam a cultura popular, então é necessário entendermos o que são essas organizações, como companhias de dança, teatro comunitário, pintura, música e outros. Neste sentido pode-se começar a pensar em cultura como produção, ou pelo menos como co-produção do meio. As práticas culturais só se mantêm, se modificam, se ajustam à medida que os homens, vivendo sob certas condições econômicas e sociais, realizam ou deixam de realizar aquelas práticas.

Florestam Fernandes (1987: 38) nos ensina que se deve pensar a efetividade e análise da cultura como realidade social, a partir daquilo que os sujeitos vivenciam.

Osvaldo Elias Xidieh (1987: 40) coloca que as “*comunidades rústicas*” são dependentes da área urbana, ao mesmo tempo, ambas se configuram como estruturas sociais antagônicas.

De acordo com Xidieh, as comunidades rústicas são aquelas comunidades rurais que contêm muito presente a questão do popular, questões simples, de ingenuidade das pessoas que ainda não perderam sua origem, sua essência da vida do interior. Mas ao mesmo tempo coloca que sendo dependentes da área urbana, caracteriza-se como cidade, ou como alguns autores chamam de



“civilização” acabam se configurando como estruturas diferenciadas, cada uma dentro de uma forma de organização social que melhor se adapte ao meio.

A “*dicotomia entre sociedades globais e sociedades incluídas*” é uma argumentação que o autor refere-se a homogeneização da sociedade e da cultura, por parte dos grupos sociais dominantes, sendo que por outro lado, há uma certa resistência dos dominados em aceitar esta imposição.

Esta cultura nos é ordenada principalmente pelos países Americanos que ainda consideram o Brasil como colônia de seu Império, impondo seus valores principalmente valores, materiais. Para entendermos essa dinâmica, o enfoque da cultura na história recente do Brasil, precisamos entender o que Chaui (1987:43) chama de “*anos do nacionalismo, desenvolvimentismo e populismo*”.

O processo se inicia com o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando intensificou-se a industrialização com a participação de multinacionais incentivadas por uma política de abertura no Brasil ao capital estrangeiro, provocando com isso um maior crescimento de áreas já industrializadas e populosas, tendo como lema principal desenvolver 50 anos em 5.

Com Jânio - João Goulart, isso sofre um refluxo, não há mais como conciliar os interesses dos diferentes grupos dominantes com os dos trabalhadores urbanos que precisavam cada vez mais pela melhoria de sua condição de vida. Neste período também, cresce a mobilização dos trabalhadores rurais, cujas

reivindicações são incorporadas pelos setores urbanos, onde a reforma agrária é parte das “*reformas de base*” que se faziam necessárias.

Com a renúncia de Jânio Quadros, o movimento populista sofre dificuldades em conter as “*massas*” para garantir a “*ordem*”. Isso seria uma forma de esfriar a mobilização popular de modo que não chegue a colocar em risco as condições econômicas e sociais vigentes no país. A crise desemboca em 64, com o golpe e a queda de João Goulart e a tomada do poder pelos militares, em respeito à legalidade constitucional.

A partir disso começa-se a entender e discutir que cultura popular tem muito a ver com cultura política, consciência política do povo, em favor dos seus direitos e obrigações. Hoje, há uma contextualização da cultura popular enquanto processo dinâmico e atual no interior de uma sociedade, dividida em classes com interesses antagônicos. Neste sentido, não podemos mais analisar as práticas culturais populares, como sobrevivência do passado no presente, pois, independente de suas origens mais remotas ou mais recentes, mais próximas ou mais distantes geograficamente, elas se reproduzem e atuam como parte de um processo histórico e social que lhes dá sentido no presente, que os transforma e faz com que ganhem novos significados simbólicos.(Bastide,1987: 52) .

Tomando a realidade social como base na construção histórica dos indivíduos, permeada por contradições e determinações, eles não se encontram

desvinculados das questões culturais que emergem no seio da sociedade capitalista. No entanto, é esse movimento que possibilita a construção dos sujeitos coletivos com uma participação de natureza mais efetiva e qualitativa (Cance, 1997: 25).

Assim as questões culturais levam a manifestações dos indivíduos e com isso passam a discutir e a participar de uma forma construtiva, voltada para fatos do dia-a-dia, do seu meio.

Nos limites do presente trabalho, são reflexões breves que permitem levar a tona a intervenção que há no contexto da universidade pública e a produção do conhecimento sobre temas precisos para o Serviço Social, como: participação, autonomia, cidadania e democracia. Os estudos que realizamos nos fortalecem para uma contribuição no fazer profissional do Assistente Social ao participarem do delineamento de ações que inscrevem nas suas utopias a solidariedade, o ser-coletivo e a justiça social, principalmente no âmbito da organização popular.

Para entendermos essas questões o Código de Ética do Serviço Social (1996:163) expressa que *“a luta pela democracia, assim como pela expansão e consolidação da cidadania, continua a ser uma tarefa primordial para toda a sociedade e, como tal, também para os Assistentes Sociais”*. Assim, no próximo capítulo iremos discutir essas categorias no espaço da prática de estágio curricular do curso de Serviço Social.

## MÃOS DADAS

NÃO SEREI UM POETA DE UM MUNDO CADUCO.  
TAMBÉM NÃO CANTAREI UM MUNDO FUTURO.  
ESTOU PRESO À VIDA E OLHO MEUS COMPANHEIROS.  
ESTÃO TACITURNOS, MAS NUTREM GRANDES ESPERANÇAS.  
ENTRE ELES, CONSIDERO A ENORME REALIDADE.  
O PRESENTE É TÃO GRANDE, NÃO NOS AFASTEMOS.  
NÃO NOS AFASTEMOS MUITO, VAMOS DE MÃOS DADAS.  
NÃO SEREI O CANTOR DE UMA MULHER, DE UMA HISTÓRIA,  
NÃO DIREI OS SUSPIROS AO ANOITECER,  
A PAISAGEM VISTA DA JANELA,  
NÃO DISTRIBUIREI INTORPECENTES OU CARTAS  
DE SUICIDA,  
NÃO FUGIREI PARA AS ILHAS NEM SEREI,  
RAPTADOS POR SERAFINS.  
O TEMPO É MINHA MATÉRIA, O TEMPO PRESENTE,  
OS HOMENS PRESENTES,  
A VIDA PRESENTE.

(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE)

## **CAPÍTULO II - MEDIAÇÕES PELA PRESENÇA DO POPULAR NA POLÍTICA PÚBLICA POR TRABALHO E RENDA: UMA EXPERIÊNCIA NO CONVÊNIO UFSC/CPP.**

A universidade pública, atenta ao seu papel junto à sociedade, procura desenvolver projetos na área social, que venham ao encontro das necessidades da população, principalmente aquelas mais empobrecidas, excluídas do sistema de produção formal e residentes em áreas periféricas da cidade.

Neste sentido, devido ao alto índice de desemprego e subemprego decorrentes da reestruturação produtiva, das novas formas de produção, do êxodo rural e da busca de melhores condições de vida, chegam na capital, diariamente, um grande número de migrantes, oriundos de regiões do Oeste, Meio Oeste e Planalto Serrano do Estado.

Estas pessoas, ao chegarem, defrontam-se com condições precárias de moradias, falta de escola para seus filhos e, como fator agravante, falta de emprego e sem um meio de subsistência. Ao chegar, passam a fazer parte das chamadas áreas consideradas carentes, que no total somam 46 em Florianópolis (IPUF/96), entre outros inúmeros problemas que vão surgindo no decorrer do tempo, pois, sem orientação e informação, ficam sem condições de sobrevivência e vivem na miserabilidade, num estado de exclusão dos direitos, principalmente no direito de viver dignamente de serem reconhecidas como sujeitos sociais.

Nascimento (apud Martins, 1997:16), explica a colocação acima em que *“o excluído não é aquele que se encontra em situação de carência material, mas aquele que não é reconhecido como sujeito, que é estigmatizado, considerado nefasto ou perigoso à sociedade”*. Neste sentido concordamos com o autor, ao colocar que o indivíduo é excluído do reconhecimento social de sua condição humana.

Na sociedade ainda vivemos a prática de sermos considerados pelo status atribuído pelas relações sociais que desenvolvemos e por aquilo que aparentemente somos e temos. O que se observa é que são excluídos significativos segmentos da população do acesso à riqueza social que ajudam a produzir, sendo ainda impedidos de usufruir daquilo que cria as condições necessárias a uma condição de existência com dignidade e justiça social.

Assim, podemos entender que a exclusão não é simplesmente uma decorrência econômica, mas também fortemente amparada por questões culturais que têm livre curso na sociedade e que muitas vezes contaminam as próprias classes subalternas.

O desemprego, hoje, se apresenta como uma das formas de maior exclusão na sociedade. Visando amenizar um pouco esta situação, a Universidade Federal de Santa Catarina firmou convênio com outras instituições da cidade de Florianópolis, objetivando a participação das comunidades de baixa renda nas

políticas sociais públicas, criadas para atender as demandas que se apresentam, como: a dificuldade de emprego, baixo grau de escolaridade, evasão dos municípios de origem, com o deslocamento para cidades maiores, o que somente agrava ainda mais os problemas sociais locais: crescente aumento da mão-de-obra desqualificada, alto índice de desemprego e dificuldade de acesso a cursos profissionalizantes, o que possibilitaria obterem uma qualificação profissional mínima.

Corroborando com as afirmações supra mencionadas, dados publicados recentemente no jornal Folha de São Paulo (18/02/99), dão conta que o índice médio de desemprego no Brasil em 1998 foi de 7,60% da população economicamente ativa e que as previsões para este ano de 1999 são de que este percentual alcançará a elevada faixa dos 10%.

Esta realidade levou a UFSC a juntar-se, através de seus Departamentos de ensino, ao Convênio Centro de Profissionalização Popular-CPP, criado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, ano de 1993, juntamente com outras entidades governamentais e não governamentais da cidade, com o intuito de articular recursos materiais, técnicos e humanos existentes nestas entidades. Objetivando desenvolver cursos profissionalizantes nas comunidades mais carentes do município.

Fazem parte deste convênio a PMF, em parceria com a UFSC, SDSF/SINE, ETFSC/ FETESC, SENAI, SENAC e SESC. Tem como objetivo levar

às comunidades de baixa renda um programa de profissionalização para capacitar adultos e adolescentes, acima de 14 anos, para que estes possam obter renda a partir do seu próprio trabalho e/ou empreendimento.

O projeto, instalado em prédios já existentes ou construídos para esse fim, articula recursos humanos e materiais de entidades conveniadas e da própria comunidade, objetivando a formação profissional e a geração de renda para pessoas maiores de 14 anos, através de grupos de produção, pequenos empreendimentos produtivos e cooperativas de trabalho dentre outros, conforme convênio nº 014/94 da P.M.F.

Sendo o Conselho Deliberativo e Conselhos Locais, partes essenciais no projeto, estes asseguram a participação coletiva na estrutura pública, principalmente no que se refere ao gerenciamento e deliberação das prioridades. O início da discussão em torno dos Conselhos Populares se deu por volta da década de 70, voltando à tona com mais intensidade na década de 80, período este em que uma maior mobilização e organização da população brasileira permitiu fazer reivindicações e pressões ao poder público, no sentido de ver atendidas tanto as suas necessidades básicas, como de infra-estrutura. Já nos anos 90 a mobilização da população ocorreu na busca da cidadania e dos direitos humanos, ganhando força, como exemplo, os movimentos dos meninos e meninas de ruas e o movimento contra



a discriminação racial, contribuindo, estes atos, entre outras coisas, à reformulação da própria estrutura política do Estado.

Bem sabemos que para a população participar destes espaços, encontra muitas barreiras e dificuldades de entendimento, pois na maioria das vezes é um povo cujo perfil revela uma escolaridade primária incompleta, com alguns limites, face aos desafios da realidade social contemporânea.

Neste contexto, o profissional de Serviço Social propõe desenvolver um processo de trabalho que crie as condições de participação e de acompanhamento das discussões e deliberações no âmbito das políticas públicas.

Nossa experiência junto ao projeto UFSC/CPP permitiu compreender que a presença ativa e competente das organizações da sociedade civil nas relações com o Estado, tem papel fundamental para o avanço da democracia. Observamos que, ao ocorrerem ausências dos representantes das organizações populares/comunitárias nos espaços de debate e de deliberação, as decisões são tomadas uni-lateralmente e, via de regra, não comportam, justamente, os interesses daqueles para quem deveriam ser destinadas, ou seja, a própria comunidade.

No projeto CPP constatamos que a participação da representação dos usuários, tem contribuído para a realização de amplos debates, influenciando no seu resultado, sendo uma conquista das organizações populares envolvidas, como por

exemplo, as associações de moradores dos Bairros Jardim Ilha Continente, PROMORAR e Saco Grande II.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, preserva e amplia algumas conquistas, principalmente na área social. Prevê a descentralização e a municipalização das políticas sociais, e com isso a instituição dos Conselhos de Políticas e de Direitos, que são espaços de participação, discussão e de proposição de políticas públicas para a população.

O Conselho é um espaço público de participação da população, sendo que, somente alguns segmentos da sociedade civil que constituem o conselho podem deliberar. Neste sentido Daniel ( 1994:29) coloca que: *“A participação na gestão pública, não pode se limitar a esse ou aquele segmento ou classe social, deve garantir direitos sociais a todos”*. Estes espaços são considerados no sentido de *“revalorização da participação popular e do poder local”*(Raichelis, 1998: 75).

Estas mudanças não são recentes e inserem-se dentro de uma tendência mundial relacionada à crise da década de 70 *“...que caracteriza a maioria dos Estados de Bem Estar Social e as mudanças na esfera produtiva dos países capitalistas”* (Raichelis, 1998: 76). É uma forma democrática de garantir direitos básicos através de reivindicações e proposições ao poder público.

No caso do projeto CPP, muito tem se discutido a questão dos conselhos, principalmente a questão do Conselho Deliberativo do projeto CPP e dos Conselhos Locais existentes nas comunidades onde este se desenvolve.

Os conselhos locais são uma forma de fortalecimento da organização popular local para que estas pessoas possa conscientizar-se e ir em busca de uma melhor qualidade de vida. Sabemos que hoje, a representação popular da comunidade no Conselho Deliberativo do projeto CPP, ainda é inconstante, exigindo uma atenção para sensibilizar os representantes quanto às conseqüências da sua não participação, principalmente no que se refere aos imediatismos e paternalismos na execução das políticas públicas ou em outros espaços de decisão de interesse social. Cabe, portanto, no âmbito do projeto CPP, ao órgão coordenador do projeto, P.M.F. e ao Conselho Deliberativo, *“estimular esse tipo de participação e contribuir para o florescimento de uma nova cultura política”* (Bava, 1994: 9).

Neste sentido a Prefeitura Municipal de Florianópolis, através dos profissionais da área de Serviço Social, localizados junto à Divisão de Capacitação Profissional, articula todo o processo de organização e participação da população através de uma intervenção refletida e constante nas definições e decisões referentes ao projeto. Entende-se, dessa maneira, que seja uma forma democrática e participativa e que incide na relação com o poder público, fazendo-se com isso uma diversidade e pluralidade das demandas sociais trazidas pela população. Desta

forma, o projeto possui uma estrutura na qual os conselhos comunitários são instrumentos imprescindíveis ao processo.

**O projeto CPP estrutura-se da seguinte forma:**

- a) Conselho Deliberativo: composto por representantes (1 titular e 1 suplente) de cada entidade conveniada, e por representantes (1 titular e 1 suplente) dos Conselhos Locais existentes nas comunidades ligadas ao projeto. É a instância máxima de deliberação política e filosófica do projeto.
- b) Conselhos Locais: são compostos por lideranças representativas das comunidades onde funciona o projeto CPP. Cada comunidade possui o seu Conselho Local, que elege um representante para fazer parte do Conselho Deliberativo do Projeto.
- c) Unidades CPP: são estruturas físicas onde são executados os cursos de profissionalização popular. Estas estruturas físicas são de propriedade da Prefeitura Municipal e são emprestadas para servirem ao desenvolvimento dos cursos. Nas comunidades onde o CPP não possui sede os cursos são realizados em espaços físicos da própria comunidade.

A partir de 1993 a UFSC passou a envolver-se mais diretamente com o Convênio CPP, principalmente nas questões operacionais metodológicas, voltadas à implementação, manutenção e elevação da eficácia do projeto.

Para início da operacionalização do projeto, foram envolvidos representantes de vários Centros da UFSC: Sócio-Econômico, Tecnológico, Ciências Agrárias e Educação, com o objetivo de construir uma metodologia interdisciplinar adequada à abordagem dos locais de baixa renda da cidade de Florianópolis, para identificar o potencial produtivo destas localidades.

Com a participação da UFSC no Convênio, o Departamento de Serviço Social, fazendo parte do Centro Sócio-Econômico e com uma teoria metodologia própria de trabalho comunitário, foi convidado a participar da discussão. Isso proporcionaria novos caminhos e passaria a ter uma apropriação mais rigorosa da base teórico-metodológica do Serviço Social. Foi no NESSOP que se pensou melhor a idéia de o Departamento de Serviço Social estar participando do Convênio no âmbito da extensão universitária. Para coordenar este trabalho, foi designada a Assistente Social Simone Mattos Machado, que passaria a fazer parte das discussões e também atuaria como representante da UFSC no Conselho Deliberativo do projeto CPP, inicialmente como suplente, assumindo em 1996 a titularidade. Sendo aprovado pelos colegiados da UFSC, bem como com a indicação desta servidora o projeto passou a fazer parte também da área de ensino do DSS como campo de estágio.

Entendeu-se que o projeto constituía-se em importante espaço de formação acadêmica face à diversidade de temas e ações que surgem no dia-a-dia da

sua operacionalização, viabilizando uma produção de conhecimento voltada às questões da democratização das relações no âmbito do popular e da reestruturação das relações sócio-produtivas no mundo do trabalho.

Para se tornar um campo de estágio, o curso de Serviço Social da UFSC, através da coordenação de estágio, analisa o Projeto de ação do Serviço Social da instituição candidata a esse campo e a disponibilidade de uma Assistente Social da Instituição para realizar a supervisão dos alunos estagiários. Tendo atendido às exigências da referida coordenação, o projeto UFSC/CPP, vem sendo um significativo espaço de formação profissional. Até então, eram 12 alunos que haviam feito seus estágios curriculares no projeto, sendo que 8 destes alunos deixaram suas experiências registradas nos TCCs, disponíveis na Biblioteca do Centro Sócio-Econômico e o restante encontra-se em andamento.

O projeto UFSC e o Convênio CPP sustenta-se pedagogicamente em formas alternativas de gerenciamento e de capacitação para o trabalho, a partir de interesses que se expressam no cenário das comunidades de baixa renda de Florianópolis, delineando-se assim processos democráticos nas relações da sociedade civil e o mundo do trabalho.

Sendo um projeto que atua diretamente em áreas com populações empobrecidas, a postura teórico/metodológica permite a conscientização dos sujeitos sociais envolvidos com as diversas forças sócio-políticas existentes nas áreas de

atuação destes. Neste sentido o projeto tem avançado em relação a sua ação nas comunidades, tendo a pesquisa como base de todo o trabalho. Parte-se da realidade apresentada para depois pensar em como atuar na situação. A aproximação com a realidade expressa a gênese das questões sociais que devem ser acompanhadas na dinâmica da sociedade. Assim, Iamamoto (1998 : 34) nos coloca, no processo de trabalho do Serviço Social, que

“A aproximação do Serviço Social ao movimento da realidade concreta, às várias expressões da questão social, captadas em sua gênese e manifestações é fundamental”, e acima de tudo “...é condição para se atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa de profissão...”.

Para o Serviço Social, trabalhar com a pesquisa é um de seus maiores desafios, pois entende-se que o profissional “não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade”. Para que isso aconteça é necessário um cuidadoso “*conhecimento das situações ou fenômenos sociais que são objetos de trabalho do Assistente Social*” e também o “*reconhecimento das atividades de pesquisa e do espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional*”.

A relevância da pesquisa como ferramenta que norteia a ação ganha expressão no depoimento dos moradores das comunidades do Saco Grande II

“...é importante por que nos dá um parâmetro do que pode-se fazer e o que não se pode na comunidade” (a). “nós já temos a pesquisa na cabeça, já sabemos dos problemas, a única

coisa, é que não temos claro os números, dados concretos da comunidade”(a).

Sendo assim, o Serviço Social busca relações interdisciplinares, fundamentais para a pesquisa e para as ações voltadas à formação dos usuários. Um dos trabalhos que o grupo interdisciplinar desenvolveu neste último ano foi o curso de “*Agentes Comunitários de Empreendimento Produtivos*”. Este curso foi realizado junto às lideranças das sete associações comunitárias que compõe o Saco Grande II, que passamos a relatar no próximo item. Anteriormente, contextualizamos o Projeto UFSC/CPP e, após, o trabalho de mobilização e organização comunitária desenvolvido junto à população do Saco Grande II.

## **2.1 - O Serviço Social e o Projeto Centro de Profissionalização Popular : A Intervenção Teórica Metodológica.**

O Mapa do Mercado de Trabalho do Brasil (IBGE/1994) mostra que Santa Catarina possui aproximadamente 656 mil subempregados, vivendo em condições precárias e excluídas do direito de satisfação das necessidades básicas. Neste sentido, Santa Catarina, tratando-se de um dos Estados do Brasil com maior número de minifúndios, voltado para a agricultura familiar, não tem tido incentivo por parte do poder público, portanto não cria emprego e, como consequência disso



ocorre a expulsão do homem do campo para a cidade, o que provoca o crescimento assustador dos cinturões de miséria, violência e a marginalização das pessoas que, na luta pela sobrevivência, mendigam o direito de manterem-se vivos.

Na capital do Estado, Florianópolis, por ser um dos centros mais procurados pelos migrantes, este problema se acentua, principalmente por se tratar de uma cidade litorânea, que não possui indústrias e vive basicamente do turismo e da prestação de serviços (serviços públicos: municipal, estadual e federal).

A realidade do desemprego e subemprego, aliada ao processo migratório, em Santa Catarina, como em outros Estados, não é uma novidade. Foi neste contexto que surgiu, em 1982, na Assembléia Legislativa do Estado, a idéia de se discutir, no âmbito da política partidária, a questão do desemprego em Santa Catarina. Formou-se então uma comissão de natureza supra-partidária, que incluía todos os partidos com representação na assembléia. Esta comissão foi presidida pelo Deputado Marcondes Marchelli (PFL), tendo como secretário geral o Deputado Coelho Netto. A comissão era composta pelos Deputados Francisco Küster, Edson Andrino e João Amarante, todos do PMDB e Bulcão Viana (PFL).

Esta Comissão Especial buscou, na UFSC, assessoria para auxiliá-los no encaminhamento de propostas de combate ao desemprego e subemprego, principalmente para geração de novas oportunidades de trabalho. Não tinha poder executivo, mas tinha poder de mobilização, o que possibilitou o início do processo,

cuja última manifestação constituiu o projeto CPP. Nesta perspectiva a UFSC, no ano de 1993, passou a integrar o Convênio firmado entre a P.M.F., UDESC, SDSF/SC, SESC, SENAI, ETFSC e SENAC, tendo como premissa implantar os *“Centros de Profissionalização Popular”*, que propõem um aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo das iniciativas de profissionalização popular. Essa negociação aconteceu no âmbito da P.M.F.

No primeiro Convênio que abrangeu o período de 1993 a 1995, percebeu-se a necessidade do desenvolvimento de métodos que permitissem a co-participação das comunidades de baixa renda nas instâncias de deliberação, como também nas etapas de execução e de identificação do seu potencial produtivo. Atualmente as comunidades que o Serviço Social têm acompanhado no âmbito do Projeto UFSC/ CPP são : PROMORAR e SACO GRANDE II.

Torna-se necessário ressaltar o objetivo do projeto CPP, que é: *“Levar às comunidades de baixa renda um programa de profissionalização para capacitar adultos e adolescentes a obter renda a partir do seu próprio trabalho e/ou empreendimento”*. É necessário que se entenda que este objetivo compreende o objetivo geral do projeto CPP. Cada entidade conveniada do projeto, possui suas metas específicas.

## **O projeto Convênio UFSC/CPP tem como objetivos:**

- ⇒ Contribuir na construção do processo de democratização e humanização das relações entre os sujeitos do Projeto CPP (instituições conveniadas e entidades comunitárias), de modo a superar a racionalidade instrumental, historicamente presente na prática cotidiana desses sujeitos, na direção de uma racionalidade ético-humanizadora.
- ⇒ Conhecer, através da intervenção direta na realidade das comunidades do Saco Grande II, do Jardim Ilha Continente e do PROMORAR, e em relação a seus moradores, a complexidade, a diversidade e as contradições que dão forma a estas totalidades concretas.
- ⇒ Intervir nas instâncias deliberativas das políticas públicas, em nível municipal e estadual, voltadas ao Mundo Informal do trabalho, através da construção de relações com os sujeitos envolvidos, que gere uma ampliação de suas consciências quanto às contradições presentes na operacionalização dessas políticas frente à realidade sócio-econômica das comunidades alvo do Projeto CPP.

⇒ Construir relações com os egressos dos cursos profissionalizantes do Projeto CPP, acompanhando-os em seu processo de auto desenvolvimento, enquanto sujeitos produtivos, e repassando as informações necessárias à elaboração da documentação para aquisição de financiamentos bancários e/ou de órgãos voltados a este fim.

⇒ Contribuir para a conscientização dos agentes financeiros repassadores dos recursos públicos para fins de apoio à economia informal, sobre a existência dessas linhas de crédito e suas especificidade diante dos critérios utilizados nas demais linhas de crédito bancário.

A metodologia do projeto tem como premissa básica a postura crítico-dialético operacionalizada no agir e no conhecer, isto é, a intervenção profissional e a produção do conhecimento. Estes dois movimentos relacionam-se entre si na medida que se desvelam as contradições inerentes à realidade - objeto do Serviço Social - ao processo de organização popular no projeto CPP, sua democratização e humanização. Esta metodologia permite a ampliação da consciência dos sujeitos envolvidos sobre as diversas forças (econômica, política, educacional, religiosa, etc.) que influenciam o movimento da realidade, alvo da atuação do Projeto CPP. A operacionalização desse método se faz em espaços onde se torna possível o

estabelecimento de relações com os sujeitos envolvidos através de encontros individuais, visitas domiciliares, reuniões, assembléias comunitárias, conversas telefônicas e eventos ligados, principalmente ao '*Mundo do Trabalho*'.

A partir dos objetivos e da metodologia propostos pelo projeto, podemos pensar o CPP de uma outra forma, ou seja, como um Projeto que tem na sua essência a participação da população através de suas ações nas organizações populares enquanto uma forma de poder e influência na desenvolvimento social das localidades periféricas de baixa renda.

O Serviço Social, dentro de um projeto de intervenção profissional, contribui para a ampliação dos canais de participação dos sujeitos sociais nas decisões institucionais e organizativas, criando condições para ampliar o grau de conhecimento e participação da totalidade na qual estão inseridos os sujeitos, visando ampliar e socializar as informações sobre os direitos sociais e serviços. Assim, no próximo ponto, passaremos a descrever e analisar, passo a passo, a experiência vivida junto as lideranças populares do Saco Grande II, no curso "*Agentes Comunitários de Empreendimentos Produtivos*".

## 2.2 - O Caminho Sócio-Pedagógico do curso “Agentes Comunitários de Empreendimentos Produtivos.”

### 2.2.1 - O Contexto da Experiência

O aumento assustador de áreas empobrecidas nas zonas urbanas das grandes cidades do País, e em especial Florianópolis, tem uma explicação: a *“dolorosa situação de ajustamento econômico, social e político das pessoas carentes decorrentes da exclusão social”* (Martins, 1997:26), que assola nossa sociedade. Florianópolis é uma cidade que possui poucas ou raras indústrias, sobrevivendo basicamente do turismo, do comércio e da estrutura administrativa governamental. O migrante que chega, quase sempre sem qualificação profissional, torna-se um subempregado no setor terciário de serviços (construção civil, empregada doméstica e outros). Diante desta realidade, resta a eles procurar os bairros empobrecidos para morar, organizados ou não.

Semelhante a esta situação, o território-área do Saco Grande II possui uma população de aproximadamente 8.000 habitantes, dados projetados pelo censo de 1996, e o crescimento populacional na comunidade é de 2,81% ao ano. O bairro iniciou sua composição por descendentes de açorianos que fixaram residência próximo à Rodovia Virgílio Várzea.

Atualmente a migração, oriunda do interior do Estado, está povoando as encostas e os locais considerados de risco. Estas pessoas vêm sendo motivadas a residirem na comunidade, pelas oportunidades de moradia e o fácil acesso a terrenos, bem como pelo posto de saúde existente no local, fácil acesso à educação pública e ao transporte coletivo, o qual facilita o deslocamento para os seus locais de trabalho, Centro e Norte da Ilha.

O Bairro Saco Grande II é composto por 08 localidades que são: Morro da Cruz, Monte Verde, Parque da Figueira, Morro do Atânasio, Morro do Cajú, Sol Nascente, Morro do Balão e Barreira do Janga. Além disso possui a população que vive às margens da Rodovia Virgílio Várzea.

Nossa prática de estágio em Serviço Social se deu junto às 7 entidades comunitárias que fazem parte desta região que são: APROCOM, C. C. do Monte Verde, APROCRUZ, ANSOL, COMOSG, ACOLJOGOC e AMPAF. Mance (1993: 20) considera os movimentos comunitários como sendo:

“os movimentos populares que se organizam por região de moradia, como as associações de moradores, sociedade de amigos de Bairros e outros. Tais movimentos não desenvolvem uma luta específica, mas articulam o grupo social de uma região geográfica em torno de variadas questões que afetem a situação do grupo, como moradia, infra-estrutura, saúde, educação, transporte, etc.”

Estas comunidades se localizam todas próximas umas das outras. Fazem os dois extremos do bairro, do lado esquerdo está a comunidade da ACOLJOGOC e do lado direito está a comunidade da APROCRUZ. São duas comunidades que ficam localizadas no morro e de difícil acesso. Na comunidade da ACOLJOGOC moram aproximadamente 250 famílias, onde as ruas são todas calçadas, havendo energia elétrica e sistema de esgoto encanado. Possui água encanada em todas as residências. É administrada por um morador da comunidade, o que acontece também, nas comunidade da APROCRUZ e do Sol Nascente. Os moradores pagam uma taxa de manutenção para a água, diretamente na associação de moradores, ficando uma pessoa da própria comunidade como responsável por esse encargo. Na ACOLJOGOC possui uma sede comunitária para festas locais e uma creche para as crianças, o que não existe na comunidade do Sol Nascente e da APROCRUZ.

Já na comunidade da APROCRUZ, moram aproximadamente 300 famílias, e não há sede própria, a sede provisória da comunidade fica junto à casa do presidente. Está em fase de calçamento das ruas locais que vem sendo feito em forma de mutirão pelos moradores, não possui escola nem creche, as crianças necessitam deslocar-se da sua comunidade para estudar em outras escolas da redondeza. A comunidade está se organizando para construir uma fábrica de lajotas, e depois calçar todas as ruas da comunidade e das comunidades vizinhas. O



maquinário para esta fábrica foi comprado com recursos do fundo social, repassados pelo então candidato a Deputado Federal Edson Andrino. Esta é uma forma da comunidade se organizar, gerando emprego e renda através da produção local.

A comunidade do Monte Verde possui aproximadamente 3.500 moradores, da qual fazem parte, também, as comunidades do Parque da Figueira e a Associação Pró-Comunidade do Monte Verde, que são muito próximas umas das outras. Estas comunidades se localizam na região central do Saco Grande II. Possuem toda uma infra-estrutura de saneamento básico, água, luz elétrica, telefone público, escola pública, creche, supermercado, farmácia, transporte e outros. No entanto, essa estrutura está muito longe de atender as demandas existentes nas comunidades e de oferecer uma boa qualidade de vida aos moradores. Isso faz com que estas entidades se organizem e somem forças para reivindicar, junto ao poder público, o que é de direito da comunidade. Cabe-nos ressaltar aqui a luta que esta comunidade fez junto à Secretaria de Desenvolvimento Social da P.M.F no que diz respeito à construção do Conjunto Habitacional Bom Abrigo, que na oportunidade a construção das casas estava por acontecer e a comunidade não havia sido consultada sobre a possibilidade da construção, ou não, e também quem iria fazer uso dos mesmos, o que comprova afirmação anterior sobre decisões unilaterais não atenderem o que os próprios destinatários precisam. Essas foram algumas questões discutidas em reunião com representantes do poder municipal e lideranças locais. Cabe-nos, enquanto

profissionais de Serviço Social fortalecer a sociedade civil na sua luta em prol da universalidade dos direitos sociais e na

“democratização dos critérios de elegibilidade como estratégia de inclusão de um número sempre crescente de cidadãos nessas frações do patrimônio econômico-social, coletivamente erigido” (Cód. de Ética, 1996: 192).

Para Marx ( Apud Chauí, 1995: 410) sociedade civil:

“É o espaço onde as relações sociais e suas formas econômicas e institucionais são pensadas, interpretadas e representadas por um conjunto de idéias morais, religiosas, jurídicas, pedagógicas, artísticas, científico-filosófico e político.”

Outra comunidade, é a comunidade do Sol Nascente, que é uma das mais novas da região do Saco Grande II. Sua história teve início em 1991 e hoje moram no local aproximadamente 420 famílias. Iniciou com a ocupação de terrenos pelos moradores que foram construindo suas casas. Enfrenta vários problemas relacionados à construção de casas nas encostas dos morros, áreas de risco, lixo, problemas relacionados a drogas, desemprego altíssimo, uma vez que é habitada praticamente por pessoas de outras cidades do interior do Estado. Estas pessoas vieram para a capital em busca de melhores condições de vida, só que ao chegarem

depararam-se com uma realidade diferente da esperada e, sem outra alternativa, acabam ocupando lugares tidos como área de risco para moradia.

Mesmo este, sendo um problema que atinge a maioria das cidades, Moura e Ultramari nos colocam que (1996.23) “*Embora os problemas ambientais das grandes cidades atingem a todos os cidadãos, eles são mais prementes nas periferias, ameaçando o habitat dos homens*”. Assim, os moradores necessitam criar alternativas para amenizar a degradação ambiental que provocam, já que o Estado e a sociedade não fazem significativos avanços em relação a moradia popular como direito social e humano.

Na comunidade do Sol Nascente os moradores, via mutirão, fizeram sua rede de esgoto e buscam manter limpo o córrego que atravessa a localidade. Lutam também por um espaço de convivialidade, construindo sua sede comunitária. Vivenciam uma experiência de parceria na área de qualificação de mão-de-obra com o Projeto CPP-FAT-CMTE, realizando curso de pedreiro. A construção da sede comunitária serve como laboratório prático para os cursistas e ao mesmo tempo é uma iniciativa que traz avanços a uma formação cidadã comprometida com o aprender-fazer no coletivo e com o sentido de público.

A comunidade está reivindicando a construção de uma creche para o local, pois o número de crianças ali existente é bastante grande e precisam deslocar-se para outros locais do bairro, tornando difícil e trabalhoso para os pais, que, em

certos casos acabam deixando os filhos em casa por não conciliar horário de trabalho com horário de funcionamento da creche do bairro escolhido.

Os moradores da comunidade do Sol Nascente são mais um exemplo de luta, entre os vários existentes na sociedade local e nacional, e revelam sua grande importância, por denunciarem as desigualdades sociais engendradas pelo modo de produção capitalista, lutando constantemente pelo fortalecimento das suas formas de organização. Sobre esta colocação assim se manifesta Mance (1993:43),

“...é necessário fortalecer as entidades do movimento comunitário, em especial as Associações de Moradores, como instrumento privilegiado de organização e luta (...) Entende-se que a Associação de Moradores deve ser o núcleo centralizador de articulações dos demais movimentos populares, especialmente os chamados “movimentos temporários” como o movimento contra a carestia, luta por creches, etc, que (...) após o auge do movimento, conseguindo ou não, desaparecem”.

E, por fim, a sétima associação de moradores, da qual irei falar, COMOSG, é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, foi fundada em 21/01/80. Localiza-se na Rodovia Virgílio Várzea, também conhecida como Estrada Geral do Saco Grande II. O COMOSG abrange todos os moradores próximos à Rodovia, aproximadamente 1.000 famílias. Pode-se dizer que o Conselho de moradores do COMOSG é ponto de referência do Saco Grande II por localizar-se numa região central ao bairro e ser de fácil acesso para todos.

A comunidade possui uma U.B.S., telefone público, farmácia, supermercado e várias lojas de comércio, onde emprega parte da mão de obra da comunidade. Próximo à sede do SENAI/CTAI localiza-se o CPP, onde são oferecidos cursos profissionalizantes para a comunidade em geral. O COMOSG também está em fase de reconstrução de sua sede comunitária. Mesmo em condições precárias, realiza atividades semanais com crianças em idade escolar, grupos de terceira idade, bem como as atividades relacionadas à gestão dos interesses dos moradores, tais como: reuniões e assembléias comunitárias, e também, sendo este um espaço de reivindicações políticas e disputa de poder entre os moradores. Neste sentido Mance (1993: 43), faz o seguinte comentário:

“... o movimento comunitário produz consciência de classe nas pessoas que participam das lutas na medida em que enfrentam o Estado, pois no momento de repressão e fechamento às demandas populares, este revela o seu caráter de estar a serviço das classes dominantes, caindo por terra a ideologia de que esteja a serviço do bem comum.”

Assim, o projeto CPP vem acumulando uma trajetória de atuação direta na mobilização comunitária local, principalmente no que diz respeito as questões sócio políticas das lutas internas e externas da população.

### 2.2.2 - O Projeto Centro de Profissionalização Popular no Saco Grande II.

O projeto CPP no Saco Grande II iniciou em 1992, no final da gestão do então Prefeito da capital, Esperidião Amim, e seu vice Bulcão Viana. Com a saída de Amim para o Senado Federal, assumiu a Prefeitura o Sr. Bulcão Viana, dando continuidade ao trabalho de profissionalização popular que já vinha sendo realizado. Na ocasião o único curso que vinha sendo ministrado era o de corte e costura industrial, mas o governo municipal entendeu a necessidade de sua ampliação. Fez a proposta de ampliação via o estímulo à organização e participação das comunidades carentes de Florianópolis.

Começou-se a desenvolver um projeto de profissionalização chamado de UCPP. Essas unidades foram instaladas em comunidades de baixa renda, a partir de dados levantados pelo IPUF/92 sobre áreas carentes do município. Foram instaladas unidades do UCPP nas comunidades: Jardim Ilha Continente (1990), Saco Grande II (1992), Chico Mendes (1994) e na Beira-Mar como Centro de Profissionalização, para atender as áreas carentes próximas do local, e estes tinha por finalidade profissionalizar seu moradores.

Com a vitória de Sérgio Grando em 1992, candidato da Frete Popular, a Prefeitura de Florianópolis, retoma novamente essa discussão em torno do mundo do trabalho. Nesta gestão o intuito principal era abrir caminhos para a participação

popular, que permitisse aos moradores participar das discussões sobre os rumos do projeto. Em 16 de julho de 1993, sob a responsabilidade da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, através do convênio 020/93, o projeto passou a ser denominado Centro de Profissionalização Popular- CPP.

“Conforme o Projeto, os Centros de Profissionalização Popular são um programa de profissionalização popular a ser executado em comunidades de baixa renda do município de Florianópolis, instalado em prédios já existentes ou construídos para esse fim, articulando recursos humanos e materiais com entidades conveniadas e da própria comunidade, objetivando a formação profissional e geração de renda a indivíduos maiores de 14 anos, conforme Convênio nº 01/96.” (Projeto CPP, set., 1995:04).

De acordo com documentos de relatórios Técnicos do Projeto CPP, elaborado pela Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social/Divisão de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, a implantação do Centro de Profissionalização Popular neste bairro acontece após levantamento feito pelo IPUF/92, por considerá-lo área carente. Sendo o Saco Grande II uma das comunidades contactadas, o COMOSG, cedeu à Prefeitura Municipal de Florianópolis o terreno que havia sido doado pela COHAB em 1991, para construção de área de lazer. A atual sede do CPP - Saco Grande II têm abrigado a realização de vários cursos profissionalizantes, ao longo destes últimos anos, principalmente na área de corte/costura industrial e

modelagem. Face aos desafios que se colocam no mundo do trabalho, onde, o desemprego estrutural tem merecido destaque, as lideranças populares/comunitárias Saco Grande II propuseram novas demandas de formação, com conteúdo direcionado às habilitações por uma presença mais efetiva nas políticas públicas e nas questões organizativas propositivas. É assim, que emerge a idéia de um curso para capacitar lideranças comunitárias.

### **2.2.3 - A Criação do Curso “Agentes Comunitários de Empreendimentos Produtivos”.**

O curso “Agentes Comunitários de Empreendimentos Produtivos” foi uma demanda apresentada, principalmente, por lideranças comunitárias do bairro Saco Grande II, face às suas necessidades de obterem maior conhecimento relacionado às políticas públicas de trabalho e geração de renda, para um melhor exercício das suas vivências na área de gestão comunitária. A integração entre as associações comunitárias foi acontecendo no decorrer do processo de mobilização, através de visitas às comunidades, telefonemas e reuniões com as lideranças. Com isso o curso visava capacitar lideranças comunitárias para serem multiplicadores no âmbito do projeto CPP, com o intuito de aprenderem e passarem a desenvolver trabalhos de pesquisa, construção de outros projetos com autonomia própria e com



um objetivo maior: trabalhar junto à comunidade visando a organização e gerenciamento de pequenos empreendimentos produtivos locais.

É um curso que vinha sendo discutido desde o primeiro semestre 97/1 pela equipe interdisciplinar do projeto CPP, em que fazem parte os Professores Armando de Mello Lisboa e Pedro da Silva, do Departamento de Ciências Econômicas, Manuel Lino e José Guadalupe Fletes, do Departamento de Estatística, Norberto Sunhel, do Departamento de Física e Simone Mattos Machado, Assistente Social da Universidade, como Coordenadora da equipe, a Economista Ana Lúcia Villela e o Administrador Benilson Borinelli, bem como as estagiárias do curso de Serviço Social Neuza Kunzler, Karin Kemper e Martina Link. Para se chegar à programação que a seguir apresentaremos, foram muitos momentos de discussão entre o grupo, onde buscou-se contemplar as demandas apresentadas pelas lideranças. Assim, com uma carga horária de 150 horas, o curso teve a seguinte programação:

- **Organização Comunitária:**

Departamento de Serviço Social: ministrante A. S. Simone Mattos Machado

Conteúdo programático:

a) mobilização - instrumentos;

- b) tomada de decisões - Processos deliberativos - democratização e humanização das relações;
- c) coordenação de grupos;
- d) vivências.

- **Levantamento das potencialidades econômicas do perfil produtivo local.**

Departamento Informática e Estatística: ministrantes Manuel Lino e José Fletes

Conteúdo programático:

- a) Estrutura da equipe de pesquisa;
- b) O instrumento da coleta de dados:
  - estruturação
  - experiência piloto.
  - informações.
- c) A codificação/ tabulação dos dados;
- d) Processamento dos dados;
- e) O relatório final;
- f) Modelo de apresentação gráfica.

- **Empreendimentos produtivos comunitários.**

Ministrante: economista Ana Lúcia Villela

Conteúdo programático:

a) Produção caseira:

- Organização do processo produtivo;
- Gerenciamento;
- Comercialização;
- Elaboração de projetos.

b) Produção Cooperativa:

- Organização do processo produtivo;
- Gerenciamento;
- Comercialização;
- Elaboração de projetos.

- **Políticas Públicas no mundo do trabalho**

Departamento de Física: ministrante Norberto Suhnel

Conteúdo programático:

- Os conselhos paritários - CODEFAT/CETE/CMTE
- O Fundo de Amparo ao Trabalho (FAT) - origem, composição e gerenciamento;
- Os programas do Ministério do Trabalho /SINE

- **O trabalho como elemento propulsor da cidadania.**

Conteúdo programático:

a) O trabalho no processo de humanização;

- b) O trabalho na dimensão social;
- c) O trabalho criativo e libertador

#### **2.2.4 - Desenvolvimento do Curso: Contexto da Realidade.**

A proposta formulada foi encaminhada ao CETE, junto com outros cursos que seriam desenvolvidos no âmbito do projeto CPP, sendo financiados com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Em Outubro de 1997, com a liberação dos recursos, o curso começou a ser organizado e a ser ministrado junto às lideranças da região do Saco Grande II, sendo esta formada por 7 associações de moradores já citadas. Por se tratar de uma região e cada localidade ter sua especificidade, doravante usaremos o termo organização comunitária. Mance nos coloca, neste sentido, que organização comunitária são considerados

“os movimentos populares que se organizam por região de moradia, como as associações de moradores, sociedades de amigos de bairro e outros. Tais movimentos não desenvolvem uma luta específica, mas articulam o grupo social de uma região geográfica em torno de variadas questões que afetem a situação do grupo, como moradia, infra-estrutura, saúde, educação, transporte, etc.” (1993:20).

Para pensarmos em organização precisamos entender antes o que significa este termo. Para isso buscamos compreensão interdisciplinar sustentada

pela Ciência da Administração, onde Farquhar (Apud Mattos: 1980), coloca uma definição para organização como sendo a relação das partes com um todo que entre si formam um grupo consciente das suas necessidades. Neste sentido,

“Organização é, essencialmente, um complexo de relações de partes com o todo e entre si, mais especificamente, de fatores tais como coisas que precisam ser feitas, pessoas fazendo essas coisas, métodos e facilidades para fazê-las, responsabilidade e autoridade”.

A partir disso podemos entender o porquê do termo organização ser importante, pois vendo a organização das partes de um todo, somando forças para atingir os objetivos propostos pelo grupo, teremos uma visão de organização comunitária como um conjunto de forças somadas dentro de um espaço delimitado, buscando o desenvolvimento, a discussão e a resolução das suas necessidades sociais.

É na realidade concreta da organização comunitária que as pessoas propõem projetos de mudanças e metas a alcançar. Mas isso só acontecerá em torno de interesses comuns. Como se manifesta uma moradora da comunidade do Sol Nascente em relação à organização, *“Você estar organizado numa sociedade faz parte da sua vida”*.(a)

No processo de organização popular e comunitária é a temática das necessidades que o configura, que lhe atribui visibilidade. Marx nos coloca que as

necessidades devem ser entendidas como condicionantes sociais ou históricas, cada sociedade tem seu sistema próprio e característico no qual pode ser entendido no conjunto das relações sociais. Assim possuímos necessidades que formam as condições para a nossa existência.

Então, por se tratar de um curso que tinha como objetivo a organização e gerenciamento de pequenos empreendimentos produtivos, era conveniente que participassem pessoas de comunidades já citadas para que houvesse uma melhor integração entre elas.

Para que a organização acontecesse foi necessário todo um processo de mobilização e divulgação das comunidades através de telefonemas para os líderes, visitas às comunidades, divulgação nas sedes de associações de moradores e convites por escrito para estes. Foi um processo construtivo de aprendizagem do exercício profissional, as suas nuances do cotidiano. Segundo Dias (1985:26), “A mobilização comunitária faz o projeto de transformação social ser reconhecido”.

O curso tem por objetivo formar agentes repassadores de informações que possam estar trabalhando nas comunidades desde a pesquisa do perfil produtivo até a organização de pequenos empreendimentos, projetos e mobilização de recursos financeiros públicos e, na medida do possível no acompanhamento do desenvolvimento do projeto até o seu término ou então, até que outro agente apto o encampe.

A equipe de trabalho enfrentou dificuldades para iniciar o curso. Não havia o número suficiente de pessoas inscritas para formar a turma. O número de pessoas exigido pelo SINE, para que um curso de qualificação profissional funcione, é de no mínimo 16 pessoas, caso contrário não é realizado. Com o passar dos dias a turma foi aumentado, chegando a ter 20 pessoas, mas esse número não era constante, oscilava entre 9 e 17 alunos. Justificava-se essa pouca participação devido ao período que estava sendo realizado o curso, que era nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Meses em que a maioria das pessoas entram em férias e por ser também um período de férias escolares aproveitam para viajar. Outros fatores também afetaram o andamento do curso como a pouca motivação por parte dos alunos e o alto calor que estava fazendo nesta época do ano, as pessoas sentiam-se muito cansadas e não participavam.

Iniciamos buscando facilitar um primeiro conhecimento de quem somos, onde e como é o local de moradia de cada participante. A intenção aqui é lidar no coletivo com a curiosidade, a timidez e com as expectativas em relação ao curso. Espera-se que o expressar de si em relação ao seu habitat mais próximo, trazendo à tona sua memória histórica e suas questões mais atuais, gerando identificações e cumplicidades com as exigências do processo de aprendizagem. A primeira impressão que os cursistas nos proporcionaram é que se conheciam,

“de vista”, como também pouco conheciam as localidades das regiões e suas questões sociais.

Cabe ao profissional de Serviço Social colocar-se sensível às questões sócio-humanas que surgem ao iniciar seu processo de trabalho com os usuários. Com esta compreensão o Serviço Social ministrou a primeira parte do curso, assim desenvolvida:

### **Dinâmica do Mapa**

#### **Objetivo:**

- Fazer com que cada membro do grupo apresente em forma de mapa o desenho da localização de sua comunidade e faça um resgate histórico da mesma.
- Integração das associações de moradores presentes.
- Realizar apresentação, integração e diagnóstico local.

#### **Material:**

Folhas de papel grande;

Pincel atômico ou caneta hidrocor.

#### **Processo:**

- Separar o grande grupo em pequenos grupos, se tiver mais do que um participante da mesma comunidade os mesmos deverão juntar-se.
- Explicar a atividade para o grupo, onde cada um deve desenhar sua comunidade geograficamente;



- Distribuir o material e realizar a atividade;
- Após a atividade pronta, cada equipe deverá apresentar para o grande grupo;
- Avaliação da atividade e a sua importância para o grupo.

Este foi o primeiro passo para saber quem é o outro participante e qual a relação que se pode estabelecer a partir desse momento. Após esse processo de conhecimento algumas manifestações começaram a surgir sobre o trabalho que se iniciava. Como nos coloca um participante do curso, morador da comunidade da ACOJOGOG: *“Esse curso é bom por que tem muita gente que não se conhece e não conhece a história do seu bairro da sua comunidade.” (f).*

Outros moradores também se manifestam colocando o seguinte:

“para mim essa integração foi importante por que se via falar das pessoas e não se conhecia, assim não tinha um convívio, agora com um certo convívio eu acho importante”  
(b)

“...a gente não conhecia, as coisas tão perto e uma distancia tão grande entre elas, são atitudes de quebra de comportamento, e eu acredito que a partir daí está começando a criar uma nova história dentro do bairro e é uma história de dividir ônus e bônus”.(e)

Verificando nossos registros no diário de campo encontramos:

“Foi uma apresentação muito boa, que fez refletir muitas coisas, muitos problemas e sugestões levantados pelas lideranças comunitárias, tais como: melhorias de ruas, construção de creches, melhoria no transporte coletivo e outros. As pessoas sabem o que e como fazer para resolver seus problemas, basta refletir, organizar e propor como fazer.

Enfim, todos têm uma história, em que homens e mulheres fazem parte deste processo histórico. O ser fazendo história enquanto sujeito de transformação na sociedade”. ( 26/11/97).

Após a apresentação ao grupo iniciou-se o processo de coleta de dados.

Esta trajetória inicial preparou o grupo para os conhecimentos necessários ao exercício da realidade local.

#### **2.2.5 - Levantando Questões para o Conhecimento da Realidade Local.**

Com a apresentação da primeira, atividade que foi a construção do mapa da comunidade desenhado pelos participantes do curso, iniciou-se a discussão sobre o levantamento das potencialidades econômicas do perfil produtivo da localidade. Primeiramente foi feito o diagnóstico da região, dos problemas, necessidades e avanços que mais se apresentam na realidade local, que são: creches, saúde, trabalho, lazer, saneamento básico, transporte, segurança, cidadania, meio ambiente, drogas, organização comunitária e educação.

Dentro do assunto organização comunitária foram levantados os pontos que entendemos necessários serem abordados: coletividade, comunicação, conscientização, participação e formação política. Assim podemos entender que as

necessidades das pessoas são infinitas e se apresentam de forma diferente em cada período da história. Heller (apud Müller, 1988: 170) nos coloca que

“como decorrência, as necessidades são entendidas como pessoais, na medida em que ‘só as pessoas desejam conscientemente algo, aspiram possuir algo’, mas também sociais, tendo em vista que ‘o objeto de toda a necessidade’ vem proporcionado pela objetivação social”.

Entendemos a colocação da autora em relação às necessidades básicas como sendo elas pessoais, deverão ser atendidas para que as pessoas possam viver bem e, sociais, entendidas dentro de um contexto que envolve relações entre as pessoas e a coletividade, o conhecimento da realidade possibilita ações para a transformação da realidade.

#### **2.2.6 - O Questionário: Instrumento de Conhecimento da Realidade.**

A partir dos pontos levantados pelas lideranças, iniciou-se um processo de construção coletiva do questionário de pesquisa, orientado pelo professor Fletes, do Departamento de Estatística, e membro da equipe de apoio do projeto CPP. De início, a idéia era que o curso produzisse um conhecimento sobre a região como um todo, e para isso foi necessário fazer o levantamento dos dados citados anteriormente, para então elaborar o questionário para a coleta dos dados.

Seria uma forma de trabalhar com pesquisa-ação, isto é,

“...uma atividade de compreensão e de explicação da praxis dos grupos sociais por eles mesmos, com ou sem especialistas em ciências humanas e sociais práticas, com o fito de melhorar essa praxis”(Barbier,1985:156).

O processo de construção do questionário se deu de forma lenta, através de um processo didático-pedagógico que exigiu constantes adequações à realidade dos cursistas. Quanto à linguagem dos conteúdos, nem sempre tão acessível e com termos técnicos de uso restrito.

Observando-se o ritmo de aprendizagem dos cursistas, revelava-se a concordância com o que Paulo Freire escreveu, somos os únicos seres sociais e historicamente capazes de aprender, sendo que aprender também condiz com construir e reconstruir algo, pois o aprender nunca é uma coisa acabada, está sempre em constante mutação. Assim *“A capacidade de aprender, é não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a...”*(Freire, 1997:76). É construir e reconstruir o dia-a-dia, expressando os desejos e a partir disso delinear o que pode ser feito. Na oportunidade do curso, em vários momentos, o desejo de seus participantes não era somente aprender o conteúdo específico do curso, mas também discutir, encontrar soluções entre os participantes para os problemas das suas localidades

Ao discutirmos a confecção do questionário para a pesquisa do perfil produtivo local, veio a tona o problema da água, que era uma situação vivida por todos, no que se referia ao encanamento, não pagamento da mensalidade, cortes e outros. Discutimos também políticas públicas de emprego e o problema da violência no bairro. Atualmente o Saco Grande II, possui um número muito grande de desempregados, e a violência, em certos casos, é gerada por essa falta de ocupação das pessoas. Isso conseqüentemente leva ao consumo de álcool e drogas que são dois fatores ( não só) que geram violência. Isso nos ensina como as realidades sócio-humanas precisam ser tratadas de forma holística, dialética, isto é, com uma visão do todo, pois os problemas que se apresentam na sociedade não são fragmentados, mas tratados de forma fragmentada.

#### **2.2.7 - Coleta de Dados - Saída a Campo**

Após a reflexão em torno da importância de um instrumento adequado para o conhecimento da realidade social que a confecção do questionário oportunizou, o outro passo foi pensar a questão da divulgação.

Muitas sugestões foram levantadas e organizadas em duas perspectivas: uma forma mais direta de divulgação através de carro de som, cartazes distribuídos em pontos centrais do bairro, divulgação através de ônibus que fazem o transporte de pessoas no bairro e também através de 'mosquitinho' que seria um trabalho mais

corpo a corpo com as pessoas moradoras do local. E, de uma forma mais indireta iria-se fazer a divulgação através de rádio, TV e igrejas da comunidade. Todos esses detalhes foram discutidos com o grupo que estava fazendo o curso. Quanto ao conteúdo e ao formato dos cartazes também foi discutido, pois seria o Marketing da pesquisa, ou melhor, uma forma de fazer com que todos soubessem o quê seria feito na comunidade.

Para que as pessoas respondessem a pesquisa elas precisariam estar sabendo do que se tratava e para isso o cartaz teria que estar explicando do que se tratava, em fim, teria que ser uma propaganda da pesquisa. É a divulgação que possibilita uma sensibilização dos sujeitos alvos da pesquisa e mais receptivos à abordagem dos pesquisadores por ocasião da coleta de dados. O processo de coleta de dados foi desenvolvido pelos pesquisadores que foram os instrutores do curso ( Lino, Fletes, Norberto, Simone, Ana Lúcia, Cleci ) e os cursistas que estavam fazendo o curso (Denize, Dilma, Hildo, José, João, Gilson, Caroligia, Daniel, Virginia e Hudson) juntamente com alguns moradores das comunidades.

A equipe teve seus trabalhos acompanhados por um coordenador e um instrutor do curso em tela. A ida a campo exigiu uma intensiva preparação para que cada membro da equipe assumisse procedimentos de abordagem dos entrevistados e correto preenchimento do questionário, bem como fossem esclarecidas dúvidas quanto ao seu conteúdo e objetivos.

A coleta de dados realizada nas comunidade que compõe as 7 entidades do Saco Grande II, não se deu de forma seqüencial, isto é, casa a casa. Aconteceu de forma alternada a cada 5 casas, caracterizando uma amostragem sistemática do local, com todos os moradores da casa com idade acima de 14 anos. O questionário de pesquisa construído juntamente com os participantes e aplicado junto aos moradores compreendia 3 (três) partes: **a)- Identificação; b)- Sobre o mercado de Trabalho; e c)- Interesse em realizar cursos de treinamento.** (anexo).

A pesquisa aconteceu no dia 14/02/98, pela parte da tarde, e transcorreu normalmente. No final do dia foi feito uma confraternização com todas as pessoas que realizaram a pesquisa na associação da ACOLJOGOC, servindo como mais uma oportunidade de fortalecer a relação entre as associações de moradores.

O questionário oportunizou coletar dados quantitativos e qualitativos que nos permitiram elaborar uma visão mais ampla da realidade pesquisada. Em relação a pesquisa, Minayo (1993:2) nos coloca que, *“É na realidade social, que só se aprende por aproximação”* e, conforme Lenin (Apud Minayo, 1993: 210) *“é mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento que possamos ter sobre ela, pois o pensamento tende a dividir, a separar, a fazer a distinção sobre momentos e objetos que nos apresenta”*. O processo de realização da pesquisa foi avaliado no contexto do curso, pois ela se constituiria em atividade prática dos

cursistas. No item avaliação evidenciaremos depoimentos dos cursistas relativos a sua vivência na aplicação do questionário.

Na oportunidade foram realizadas 496 entrevistas, compreendendo 5% do total de aproximadamente 8.000 habitantes da população do bairro, sendo 280 mulheres e 216 homens e serviram como uma amostra da região. A amostragem realizada, num primeiro momento seria para levantar dados com a finalidade da realização de projetos com cursos de interesses das comunidades. “... *um envolvimento comunitário, pode ser um fator psicossocial, significativa com a vida e a capacidade de enfrentar problemas.*” ( Valla : 1997. 6)

Até esta etapa do curso, na visão do Serviço Social, acumulou-se significativa experiência de capacitação dos cursistas para um melhor conhecimento e apropriação de um instrumental que viabiliza as necessárias e contínuas aproximações da realidade social.

#### **2.2.8 - Tabulação e Análise dos Dados**

Outro conteúdo importante do curso foi quando os cursistas tiveram a oportunidade de aprender a sistematizar os dados visando também a elaboração do relatório final da pesquisa. Aproximar os cursistas deste momento objetivou apresentar-lhes noções iniciais de que os dados da realidade devem ser



sistematizados para poderem ser pensados e se tornarem instrumentos de luta por uma vida com qualidade. Os cursistas tiveram também, oportunidade de manusear o computador e ter aulas sobre informática com o prof. da equipe Manuel Lino que na oportunidade levou até a comunidade um computador e um aparelho Data Show para explicar como funcionava o programa de informática EXCEL, como o mais indicado para tabulação dos dados da pesquisa. Num primeiro momento houve a necessidade dos cursistas serem familiarizados com o computador enquanto uma novidade ainda não inserida no seu dia-a-dia. Segundo depoimentos de Dona Dilma, uma das participantes do curso, *“nunca havia manuseado um computador e essa seria a primeira vez”*. Dona Dilma ainda expressou-se da seguinte forma *“na minha casa meus filhos tem computador e eu nunca mexo por que não sei ligar, agora que estou aprendendo vou começar a usar aquele lá em casa”*).

Para entendermos essa a colocação, Thompson ( Apud Yazbek: 1996.

73) nos coloca que

“ A experiência é gerada na vida material, estruturada em termos de classe(...). as pessoas experimentam suas experiências não só com idéias, mas também com sentimentos. Lidam com este sentimento na cultura como normas, obrigações familiares e de parentesco, reciprocidade como valores ou arte, ou nas condições religiosas”.

Outro participante do curso nos coloca, em relação ao contato com o computador, a seguinte afirmação *“A gente vê a importância e a necessidade do*

*computador, é só ter intimidade com ele. A gente não teve a liberdade como nos dias de hoje, é muito diferente”(a).* Isso demonstra o quanto as pessoas tem desejos, e essas oportunidades criam espaços para suas expressões. Em outra ocasião fomos até a sede do Conselho de Moradores do Saco Grande II -COMOSG- para fazer a tabulação junto aos moradores do local, também envolvidos na aplicação do questionário. Uma jovem da comunidade do Saco Grande II expôs a seguinte manifestação: *“Assim eu posso aprender um pouco e depois ir fazer um curso para arrumar um emprego”*. Podemos sentir que o maior sonho daqueles jovens era aprender a digitar, pois isso estaria oportunizando melhores chances de trabalho que é uma das suas maiores preocupações. Observamos nesta ocasião, que a participação na coleta de dados sobre a realidade local ficou relativizada, isto é, os dados não foram suficiente para diagnosticar a realidade que se apresenta. Para o Serviço Social esta foi uma experiência onde trabalhar com os sentimentos e ações expressas pelas pessoas demonstrou ser importante e fundamental, pois é com os sentimentos que se estabelecem as relações, sejam elas profissionais ou afetivas. Manfred Max-Neef nos faz uma colocação em relação as pessoas onde diz que

“La persona es un ser de necesidades múltiples e interdependentes. Por ello las necesidades humanas deben entenderse como um sistema en que las mismas se interrelacionan e interactúan. Simultaneidades, complementariedades y compensaciones son características de la dinámica del proceso de satisfacción de las necesidades”.  
(: 1986 .26)

### 2.2.9 - Apresentação dos Dados

A tabulação dos dados foi sendo uma atividade que suscitou muita sensibilidade quanto a percepção da realidade social, principalmente aquela vivida no Saco Grande II. Um cursista assim se expressou “...*pela primeira vez na história que eu estou aqui, a gente foi ver o que que a comunidade precisa em matéria de crescimento. Pois, até então a gente colocava assim: ah eu acho tal curso bom por que o pessoal quer, mas será que ele quer mesmo?*” (b). A análise dos dados possibilitou, entre outras coisas, a identificação dos cursos mais pedidos, empreendimentos locais e profissões.

O Serviço Social, no projeto convênio UFSC/CPP, teve uma contribuição importante, pois garantiu uma discussão com parcela da comunidade para priorizar alguns cursos mais solicitados na pesquisa, número das turmas, número de alunos e locais dos cursos. Na oportunidade foram eleitos 18 cursos, englobados dentro de um conjunto maior dos cursos do projeto CPP e encaminhados ao Conselho Estadual de Trabalho Emprego.

Neste sentido os cursos demandados como prioritários no Saco Grande foram os seguintes:

## Cursos demandados no Saco Grande II

<b>LOCAL DO CURSO</b>	<b>CURSO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>Nº DE ALUNOS</b>
Saco Grande II	Form. Ag. Comunitários II	150 h	16
SoL Nascente	Pedreiro II	220 h	16
CPP- S. G. II	Digitação Vespertino	90 h	16
CPP- S. G II	Digitação Noturno	90 h	16
CPP- S.G II	Inf. Básica Vespertino	100 h	16
CPP- S. G.II	Informática Básica Noturno	100 h	16
CPP- S. G. II	WORD, EXCELL avançado	100 h	16
ACOLJOGOG	Corte e Costura Doméstica	220 h	16
APROCRUZ	Eletricista Residencial	100 h	16
C.C.Monte Verde	Cestaria/ Embalagens	100 h	16
C.C.Monte Verde	Pintura em tecido	100 h	16
C.C.Monte Verde	Artesanato em fios	100 h	16
ACOLJOGOG	Cabelereiro	200 h	16
COMOSG	Manicure/Pedicure	100 h	16
C.C.Monte Verde	Cozinha Básica	150 h	16
APROCRUZ	Mecânica de Automóveis	220 h	16
APROCOM	Inglês	68 h	16
APROCOM	Espanhol	68 h	16

Planilha I

Os cursos da tabela acima foram divididos em 2 semestres, com o objetivo de possibilitar o acesso aos cursos a todas as pessoas da comunidade, atendendo também as limitações do espaço físico. Para ministrar os cursos na comunidade, foi oferecida a oportunidade a instrutores do local, como uma forma de valorização e pelo fato de já conhecerem o público alvo e saberem como trabalhar com eles. Como nos disse uma participante da comunidade (b) *“por que mandar um funcionário da prefeitura que já ganha para dar o curso? Por que não pagar alguém da comunidade até para dar oportunidade para alguém que está desempregado”*?. A responsabilidade pela escolha dos instrutores ficou a cargo das lideranças comunitárias das 7 entidades participantes. Na oportunidade foi exigido de cada instrutor um programa dos cursos com conteúdos a serem ministrados e planilha de custos de materiais didáticos necessários. Os instrutores indicados passaram por um treinamento pedagógico e uma reciclagem na área que iriam atuar. Assim, o Assistente Social que opta por uma prática coletiva e pedagógica passa a instrumentalizar a população de modo que esta reflita e analise as suas condições de vida, visto que, deve ver o homem não como objeto, mas como sujeito que busca soluções para seus problemas.

## 2.2.10 - Políticas Públicas do Mundo do Trabalho

Encerrada a etapa sobre o conhecimento da realidade, trabalhou-se a etapa do curso que tratou das políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho e geração de renda. Vale ressaltar que, a passagem de uma etapa para outra, não caracteriza-se como encerrado o trabalho. Neste tema o professor responsável apresentou aos cursistas um conteúdo que possibilitou compreender que no atual cenário brasileiro, fica difícil falarmos numa política pública de emprego, pois as que possuímos não dão conta de atender as necessidades expressas pela população. Apesar dessa deficiência, o país possui alguns serviços que operam desarticuladamente e com baixa eficácia, *“buscando responder as necessidades de alocação de mão-de-obra, da educação profissional, do seguro desemprego e de geração de emprego e renda”* (Pochmann. texto mimeo).

Estas deficiências ocorrem devido a falta de uma política pública social definida, mas mesmo com essa deficiência elas se mostram necessárias para que se pense minimamente a questão do desemprego no Brasil. Este assunto foi trabalhado pelo professor Norberto Suhnel, membro da equipe de execução do curso, que trabalhou com o grupo a questão do FAT. Sendo este um fundo criado a partir da Constituição Federal de 1988, previsto nos art. 201 e 239, foi regulamentado pela

Lei nº 7.998, de 10/01/90, que disciplina a designação dos recursos, devendo serem usados em programas coletivos dos trabalhadores e no financiamento do programa de seguro desemprego. Bem sabemos, que esses recursos nem sempre são destinados para fins de interesses do trabalhador, grande parte desta quantia, são usados para interesses de bancos unilaterais para pagamento de dívidas constituídas para atender o mercado capitalista ou a falência dos mesmos.

As políticas de geração de renda destinam-se a auxiliar trabalhadores sem, ou com pouca, qualificação profissional, a obterem uma instrução técnica que lhe possa ser útil profissionalmente. Os recursos para desenvolver os cursos no âmbito do projeto CPP, são oriundos do FAT. Este tem por finalidade financiar projetos e cursos que qualifiquem trabalhadores afim de empregar-se no mercado de trabalho ou trabalhar coletivamente através de cooperativas e grupos de produção, entre outros, procurando gerar trabalho e renda para um número maior de pessoas.

Segundo resolução do CODEFAT, nº 108 de 12 de Julho de 1996, no seu art.10, parágrafo único, esclarece que o FAT é um fundo contábil, de natureza financeira subordinando-se, no que couber, a legislação.

No que se refere aos recursos do FAT, reza o art. 11 da resolução citada:

*“Art. 11 Constituem os recursos do FAT:*

*I - O produto de arrecadação das contribuições ao PIS e ao PASEP;*

*II - Os produtos dos encargos devidos pelas contribuições ou decorrência da inobservância de suas obrigações.*

*III - A correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores incidentes sobre o saldo dos recursos recebidos.*

*IV - O produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice da rotatividade de que trata o § 4º do Art. 239 da constituição Federal.*

*V - Outros recursos que sejam destinados ao Fundo”.*

Os recursos do FAT são destinados especificamente para os cursos de qualificação e requalificação profissional, financiamentos de pequenas empresas, cooperativas, formas associativas de produção e empreendimentos do setor informal de produção.

Os recursos do FAT são encaminhados para o CODEFAT, que é o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, sendo que a secretaria executiva que administra os recursos a nível nacional está vinculada ao Ministério do Trabalho, que encaminha os recursos para o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, os órgãos do Governo Federal responsáveis pela distribuição e gerenciamento do dinheiro.(anexo fluxograma FAT)

O assunto relativo aos recursos do FAT foi trabalhado em forma de painel valendo-se do fluxograma da constituição do FAT e da constituição dos



Conselhos Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego. Hoje os recursos do FAT constituem um dos maiores fundos de financiamento para cursos de qualificação e requalificação profissional.

Discutiu-se, também, com as lideranças a formação e constituição do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, o qual, na oportunidade, foi um assunto que instigou bastante a participação dos membros, pois estes não tinham conhecimento do assunto.

É de fundamental importância que se interprete e divulgue estas informações para a população, principalmente, para as pessoas que coordenam trabalhos no âmbito do interesse popular e trabalhem com recursos públicos, possibilitando a participação em deliberações e no controle desses recursos.

Como nos coloca uma liderança *“esses dias eu tive que recorrer a uma pessoa, um político, daí eu pedi uma coisa, ele disse, eu vou arrumar um negócio lá pra ti, aí quando ele falou eu disse: não é o senhor que vai arrumar o dinheiro. O dinheiro, vai sair assim..., assim..., daí ele ficou só olhando pra mim”* (d). É importante também que saibam como é formado este Fundo *“... quando teve aquela aula de organização do FAT, eu desconhecia todo aquele organismo, como ele funcionava”*(a).

Para o Serviço Social, trabalhar com informação desta natureza, é trabalhar por educação cidadã, partindo da vivência do dia-a-dia, identificando e

atribuindo visibilidade à temática dos direitos humanos e sociais, fazendo assim, um exercício profissional que contribua para uma formação de sujeitos políticos que lutem e proponham ações contra a hegemonia do poder das classes dominantes.

Busca-se firmar seus compromissos éticos na construção de propostas no coletivo, que venham ao encontro do enfrentamento de questões sociais, como se apresentam na sociedade brasileira.

Ao realizar suas ações profissionais nos bairros, nas instâncias de organização e mobilização da população, o Assistente Social exerce “*a função de educador político; um educador comprometido com uma política democrática*” ou também pode ser o contrário, sendo “*um educador envolvido com a política dos ‘donos do poder’*” (Iamamoto: 1998. 56)

#### **2.2.11- Empreendimentos Coletivos Comunitários**

Prosseguindo o desenvolver do curso, trabalhamos a questão dos Empreendimentos Coletivos Comunitários. Este assunto tinha pontos a serem abordados, como: organização do processo produtivo; gerenciamento; comercialização de produtos e elaboração de projetos. Esta etapa do curso foi trabalhado pela Economista Ana Lúcia que enfatizou as questões relativas a custos, mercado, qualidade dos produtos e como organizar um empreendimento produtivo

no coletivo. Buscou-se trabalhar esta questão de uma forma bastante didática, valorizando a prática do dia-a-dia de alguns cursistas, procurando esclarecer as dúvidas em relação a como proceder quando se tratar de coletividade. Para atuar no coletivo, precisa-se conhecer o outro, respeitá-lo, permitindo que tenha liberdade de expressão para que desejos e necessidades possam mobilizar a participação dos sujeitos sociais.

Assim, no decorrer do curso, o grupo teve a oportunidade de assistir a uma palestra sobre noções básicas de cooperativismo, como iniciar uma cooperativa de trabalho a partir das potencialidades apresentadas pela comunidade.

Com as transformações que a sociedade contemporânea vem sofrendo, a partir da globalização da economia, tanto nas áreas tecnológicas quanto no mundo do trabalho, a humanidade, através de um sistema organizado, onde um depende do outro para garantir a sobrevivência, busca outras formas de produção. Dentre estas formas está o cooperativismo *“que é uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade”*. (ICODES,1998:7)

O cooperativismo não é uma idéia nova, já vem sendo desenvolvido a muitos anos, tendo a sua origem na Inglaterra em 1844, com um grupo de tecelões que em estado de extrema miséria resolveram juntar-se, fundando um armazém cooperativo com quatro produtos: farinha, manteiga, velas e aveia, o qual com o passar do tempo foi sendo ampliado.

A idéia do cooperativismo foi tendo sucesso e com isso:

“se espalhou pelos cinco Continentes, bem como por todos os setores da economia, e hoje o cooperativismo é reconhecido e aceito em todos os países do mundo como fórmula mais adequada para atender às necessidades e interesses específicos das pessoas” (ICODES, 1998: 7)

Assim, sendo a cooperativa uma associação de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente e de forma democrática, com a livre participação de todos, com direitos e deveres proporcionais a sua participação nas atividade e tendo como objetivo principal o respeito à liberdade, à democracia, à igualdade e à solidariedade, busca na sua essência a realização da justiça social no sistema de exploração capitalista.

Desse modo, estimular os mercados locais como: cabeleireiro, manicura, artesanato, mecânica de automóveis e outros, como alternativas de organização através de cooperativas, foi também, um ponto abordado pela instrutora.

O desenvolvimento local pode ser estimulado como uma forma de estar gerando trabalho e renda na própria localidade, através de parcerias com o setor público local ou até mesmo com a iniciativa privada, através de convênios. Como nos coloca o instrutor do curso, professor Norberto: *“as potencialidades locais, são importantes, pois se o Saco Grande II se auto-gerir com as questões locais, resolve*

*seus problemas*". Este tipo de desenvolvimento somente ocorre quando há a participação da comunidade organizada, pois é a partir das potencialidades locais e da consciência do coletivo que vem a se desenvolver as cooperativas, grupos de produção e outros, com autonomia da própria população organizada.

A partir de análise realizada pelo professor Norberto, o potencial produtivo dos moradores do Saco Grande II, no que se refere a empreendimentos produtivos, está concentrado, principalmente, nas grandes áreas de estruturação físico-química (construção, confecções, eletrotele, mecânica e alimentos) e organizações operacionais e humanas (indústria/comércio e serviços gerais, administração privada, serviços de transporte e estocagem e serviços pessoais), complementarmente, nas grandes áreas de bio-condicionamento (nutrição, saúde humana e fisicultura) e de comunicação e lazer (práticas recreativas, educação, artes, informática e computação), uma liderança nos coloca que em relação ao cooperativismo *"o objetivo do cooperativismo pra nós nas comunidades, é tentar reunir o pessoal e formar uma cooperativa de trabalho. Por exemplo: nem todos os cursos que estão sendo realizados, vão dar empregos para todo mundo, de repente uma cooperativa mudaria bastante a situação"*.(a).

Sobre coletividade Sader (1988:55) nos coloca que

*"...sujeito coletivo será atendido na coletividade onde se esboça uma identidade e se organizam práticas através das*

quais seus membros buscam defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas”.

Isto também seria ampliar o conceito de público que, segundo Azevedo (1994:257), implica em “...abrir espaços, incentivar e apoiar iniciativas da sociedade civil que podem, em certas conjunturas, complementar ou substituir atividades tradicionalmente desempenhadas pelo poder público”.

Sendo o cooperativismo, uma forma de gerar trabalho e renda para a população é também uma forma de operar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e contra as injustiças sociais. Assim não podemos deixar de caracterizar a questão, “**Terceiro Setor**”, também denominada “**economia social**”. Este assunto, vem sendo muito discutido na atualidade, e traz na sua essência, promover o desenvolvimento local e fortalecer as formas associativistas de organização da sociedade civil. Não estamos defendendo a idéia de que o Estado deve se retrair das obrigações perante a sociedade e passar para a iniciativa privada ou para organizações da sociedade civil os problemas sociais, trata-se de uma nova forma das classes empobrecidas, sem ou pouca escolaridade e qualificação profissional, excluídas do processo de produção se organizarem e gerar trabalho e renda a partir do seu próprio trabalho.

Neste sentido, a discussão em torno de empreendimentos coletivos comunitários, foi produtivo para o grupo, pois levantou-se idéias de

empreendimentos produtivos que podem ser desenvolvidos no local: entre outros podemos citar, fábrica de lajotas, padaria comunitária, confecção de roupas, cooperativa de serviços e outros, que necessitam ser aprofundados com o grupo numa próxima oportunidade.

Sendo este o último ponto trabalhado pelo grupo, para concluirmos o trabalho, foi realizado uma avaliação com o intuito de analisarmos os resultados do cursos. Este processo passamos a descrever em seguida.

#### **2.2.12 - Avaliação do Curso e o Papel do Serviço Social**

A avaliação do curso foi um momento síntese do trabalho realizado com o grupo, sendo esta mais uma das atividades desenvolvidas no processo de formação profissional no campo de estágio curricular do Serviço social.

A necessidade de avaliarmos, acontece no final do curso como uma forma de análise do contexto dos processos de implementação, execução, e impactos resultantes junto aos cursistas, verificando se os objetivos propostos pelo curso atingidos ou não. Assim *“a avaliação acompanha o processo de implementação e desenvolvimento do projeto propriamente dito”*(Carvalho, 1998: 6).

Neste sentido, a avaliação participativa, é uma das forma de realimentação das ações buscando resultados e impactos na alteração da qualidade de vida da população beneficiária. Assim, para o Serviço Social esta metodologia,

“busca ser uma avaliação capaz de apreender o pluralismo social e perseguir novas abordagens metodológicas com dois objetivos centrais: a) incorporar os sujeitos implicados nas ações públicas - decisores, implementadores, beneficiários e outros agentes sociais envolvidos direta ou indiretamente nas decisões e impactos destas ações; b) desencadear um processo de aprendizagem social - a avaliação assim conduzida socializa e acrescenta novas informações e conhecimentos que estão na maioria das vezes departamentalizadas e segmentados nas diversas equipes de trabalho” (Carvalho,1998:15-16)

Assim, para fazermos a avaliação foram necessários algumas discussões e planejamento de um questionário com questões que iríamos abordar no grupo. Após definido o questionário, contactamos, via telefone, com os cursistas para marcarmos horários a fim de fazermos a primeira conversa.

A primeira visita realizada, foi na comunidade do Sol Nascente, que, naquela oportunidade conversamos com dois cursistas locais. A primeiro avaliação realizada, optamos pelo individual, onde, podemos observar que a entrevista não obteve o exito esperado por que as idéias discutidas no pequeno grupo seriam mais produtivas se fossem socializadas no grande grupo.

Após uma conversa realizada sobre a primeira vizita, chegou-se a conclusão com a coordenação do projeto na UFSC, que a avaliação se tornaria mais



produtiva se fosse realizada com todos os cursistas, pois permitiria uma troca maior de informações para o grupo. Neste contexto, fizemos o trabalho de mobilização e marcamos um outro encontro, no qual sete cursistas se fizeram presentes.

Neste encontro oportunizou-se discussões sobre as expectativas do curso, horário, conteúdos e a didática usada pelos instrutores, local do curso e relacionamento destes com os alunos.

Alguns comentários dos alunos, expressados ao término do curso:

Quanto a expectativa:

“O curso atingiu minha expectativa, a organização comunitária, sempre trabalha no vazio. A partir do momento que ela vai fazer o que as pessoas estão querendo , ai a coisa fica melhor” (d).

“ pra mim foi muito válido, um pouco já sabia sobre a matéria, e esse curso acrescentou ainda mais”.(a)

Quanto ao conteúdo e didática,

“foi uma forma muito rica de ministrar curso, não é aquela coisa de professor explicando no quadro e aluno assistindo”.  
(b)

“O professor F. no inicio era meio chato, aquele sotaquezinho, aquele questionáriozinho que eu não estava entendendo me dava sono, mas com o tempo deu para entender”(c)

### O local:

“as instalações não foram próprias, aquela outra parte que a gente usou do lado de lá ( salão) é melhor”.(g)

“em relação a instalação a gente deveria buscar integração, o SENAI por exemplo, se coloca a disposição para emprestar a sede”.(e)

“o espaço do CPP também pode ser usado para o curso, até para se tornar mais conhecido na comunidade por ser um local público que pertence a prefeitura”.

### O horário:

“o horário tem que ser este por que as vezes precisa chegar tarde , se tu pensar bem sempre tem trabalho e problemas, então tem que ser este horário”. (a)

”o horário das 8:00 às 10:00 também está bom, não tenho nada a reclamar”. (c)

Na oportunidade foi discutido se o curso estava contribuído para a atuação como liderança comunitária, e também se a coleta de dados foi válida ou não para a comunidade. Como nos coloca um morador

“ foi muito boa essa pesquisa para pedir outros cursos, agora com a pesquisa, precisa ir atrás desses alunos que responderam a pesquisa para fazer o curso”. (a)

Como instrumento de avaliação, adotamos a entrevista semi-estruturada

*“que combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas onde o entrevistado*

*tem a possibilidade de discorrer o tema proposto sem resposta ou condições prefixadas pelo pesquisador”*( Minayo, 1993:108) possibilitando com isso uma visão mais ampla da realidade do entrevistado. A mesma foi gravada e transcrita no íntegra onde serviu de base para a preparação de outros cursos e de fundamento para este trabalho.

A trajetória possibilitou a organização de um grupo de trabalho, que passou a discutir questões relacionados a região do Saco Grande II. Para o Serviço Social foi um trabalho de mobilização e organização comunitária, considerando as questões sociais nas suas múltiplas expressões, impulsionando um processo de mudança na realidade.

### **2.3 - O Grupo de Lideranças do Saco Grande II: Um Processo em Construção com o Serviço Social.**

Cabe lembrar que os sujeitos privilegiados na experiência que relato neste trabalho, são lideranças comunitárias da região do Saco Grande II. Dentro desse contexto podemos definir que

“A liderança acontece quando todos assumem juntos, cada um liderando mais uma parte específica da vida do grupo. A pessoa deixa então de pensar só nela. Passa a existir um pensamento de grupo. Assim, para cada necessidade e para cada fase da vida do grupo, surgem novos líderes, e é isto que torna a liderança mais dinâmica, mais democrática” (ADITEPP: 1991 .19)

Com tudo, é a partir de práticas democráticas, que as lideranças comunitárias vão aprendendo a exigir mudanças na sociedade, família, escola, trabalho, igreja, e outros. Assim, a verdadeira liderança não é aquela realizada por uma pessoa sozinha mas, desenvolvida junto com outras pessoas no grupo.

Quando iniciamos o trabalho junto ao grupo, conhecíamos as pessoas que faziam parte do mesmo, pois, acompanhava-os a partir de um curso que vinha sendo realizado na comunidade, apresentado anteriormente., que foi o momento inicial para organizar o grupo de lideranças das sete entidades comunitárias da região.

Foi um trabalho que, na medida do possível, desenvolveu-se fazendo com que o grupo passasse a acreditar nas pessoas, somando forças para que o desejado acontecesse. Pode-se caracterizar como trabalho de base, coletivo e consciente, com tomada de decisões e divisões de responsabilidades com o grupo, sendo *“a forma mais consciente de construção de poder do povo”* (O’Gorman, 1981:28). Podemos assim afirmar que, o trabalho realizado com o grupo de lideranças surtiu efeito e hoje se concretiza como uma marca de reivindicação coletiva.

“O grupo surge da dispersão, e constituição de uma tensão permanente entre dois pólos extremos: Serialização e totalização. (...) O grupo defini-se não como um ser , mas como um ato. (...) o grupo se trabalha incessantemente; uma praxis comum virada para o exterior, só é praxis de um grupo

se aqueles que a efetuam juntos estabelecem uns com os outros as relações que constituem o grupo”.(Langenba: 1997. p. 37)

As necessidades do grupo foram surgindo. A cada reunião observava-se que os sujeitos sociais que faziam parte do mesmo, aos poucos ampliavam sua forma de pensamento e criavam uma nova consciência, propondo soluções referente aos problemas que apresentavam-se no cotidiano.

Pensava-se em resolver os problemas das comunidades (creches, moradia, transportes, trabalho, etc.), principalmente aqueles relacionados aos cursos de profissionalização, que estavam para ser desenvolvidos, via projeto CPP. Os próprios participantes achavam que não era possível, se não houvesse uma presença mais efetiva das lideranças que haviam iniciado o processo de discussão no grupo. Para o Serviço Social trabalhar com organização do grupo, é atentar-se para as questões de coordenação e direção dos trabalhos, proporcionando um espaço de discussão que busque *“apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas.”*(Iamamoto, 1987:8) .

Com o encaminhamento do projeto CPP, realizado pela coordenação geral do projeto -PMF-, ao Conselho Estadual de Trabalho e Emprego, foi uma longa espera até a aprovação e liberação dos recursos financeiros. Até este momento,

o grupo se reunia toda a semana sob a coordenação da Assistente Social Simone Machado, coordenadora do projeto UFSC/CPP na universidade. Com a saída da Assistente Social Simone para assumir a presidência do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, de Florianópolis, e como, vinha desenvolvendo outras atividades junto ao projeto, assumimos os trabalhos de coordenação dando continuidade ao processo junto ao grupo de lideranças no âmbito do projeto UFSC/CPP.

Assim, passamos a assumir os trabalhos de coordenação do grupo, a qual vinha sendo desenvolvido junto ao grupo de lideranças, pelo Serviço Social do convênio UFSC/CPP.

### **2.3.1 - A Coordenação do Grupo de Lideranças: Novo Desafio à Prática de Estágio do Serviço Social.**

Com o afastamento temporário da Assistente Social Simone, dos trabalhos do grupo de lideranças, citado anteriormente, passamos a assumir a coordenação e acompanhar os trabalhos na organização e desenvolvimento dos cursos profissionalizantes junto a região do Saco Grande II.

As primeiras reuniões eram desafiadoras, pois, estava tratando-se de assuntos delicados referente a recursos financeiros e relações político-partidário

expressivos junto ao grupo, sendo na maioria com ideologia política de esquerda preocupada com a situação social, por que passa a sociedade hoje. Procurou-se trabalhar numa visão suprapartidária ouvindo a todos e respeitando opiniões, discutindo o que estava de acordo e o que poderia ser mudado, revertendo em benefício ao povo. É um dos princípios do Código de Ética do Assistente Social *"...defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida"*(Código de Ética: 1996.188).

Para o Serviço Social ouvir, discutir, respeitar opiniões, são categorias que não se podem perder de vista, pois possibilita a compreensão do conjunto de necessidades geradas no processo de organização da vida social em suas várias dimensões.

O ponto central da discussão eram os recursos para os cursos que haviam sido solicitada ao Conselho Estadual de Trabalho e Emprego. Essa discussão já vinha sendo realizada junto ao grupo, fruto de um trabalho anterior, para ações mais concretas que seria a realização dos cursos profissionalizantes. Para o grupo, a discussão dos cursos já estava esgotando-se, era necessário que os mesmos se concretizassem.

Havia um apreensão muito grande por parte das lideranças, em função de que também sofriam pressões por parte da comunidade, sendo o motivo, os

cursos não estarem acontecendo. Como nos coloca uma liderança participante do grupo *“nós já estamos cansados em vir para as reuniões e ouvir que o dinheiro não foi liberado, isso a gente já sabe, o que nós queremos saber é onde está o dinheiro?”*( d).

Nas reuniões semanais, o que discutia-se era o porque das verbas não terem sido liberadas ainda. Iniciou-se então, um processo de construção coletiva e tomada de consciência da situação junto ao grupo. Como nos coloca Mauro L. Iasi (:1994. 21) *“O indivíduo que se torna consciente é, um indivíduo em conflito”*, isto é, não aceita as coisas como estão, achando que tem solução e que não pode ficar do jeito que está. A partir deste momento, o grupo encontrava-se em condições de tomar decisões, que poderia mudar o quadro que se apresentava, principalmente no âmbito das políticas públicas. Entendemos porém que para o Serviço Social, seria uma forma de lidar com as políticas sociais públicas, no âmbito da organização comunitária/ popular. Uma das primeiras decisões do grupo foi rever o local das reuniões.

### **2.3.2 - O Espaço dos Encontros**

Partindo do princípio que o ambiente nunca é neutro, emite o tempo todo sensações de bem estar ou de mal estar, uma das primeiras atitudes tomadas



pelo grupo, foi a mudança do local das reuniões que vinham sendo realizadas no C. C. Monte Verde. Chegou-se a conclusão que seria melhor para o grupo mudar para o sede da APROCOM, pois haveria melhores condições de espaço físico e fácil acesso para todos.

Com o passar do tempo, as reuniões foram sendo realizadas em locais diferentes, cada vez numa associação de moradores. Esta mudança, tinha como objetivo conhecer todos os locais as quais seus líderes estavam participando do grupo, sendo esta uma forma de integração e humanização dos espaços físicos.

Após passado algum tempo, as lideranças foram compreendendo a importância dos encontros, começando a se tornar sujeitos do processo. Semanalmente fazia-se o convite via telefone para cada participante, independente se estava em reuniões anteriores ou não. As reuniões passaram a ser mais agradáveis, pois da efetiva participação que se verificou, também incluiu-se momentos de descontração acompanhados por café, biscoito, refrigerante ou um vinho.

A clareza da agenda de necessidades sociais que os membros foram compreendendo cada vez melhor e o ambiente de acolhimento proporcionado foram estimulando cada vez mais as lideranças a participarem, pois entende-se que é no coletivo que as mudanças acontecem. Manfred Max Neff chama isso de *satisfator das necessidades humanas*.

Maria da Glória Gohn (1994: 108), coloca que:

“o coletivo deve ser o cenário, o espaço de construção das vontades através do pluralismo das idéias, de seus confrontos e da formulação de linhas comuns que possibilitem a canalização das vontades individuais em vontades coletivas”.

Isso leva a uma cultura política fundada na participação e na construção de canais onde haja '*liberdade de expressão*' e '*pluralismo de idéias*', respeitando neste sentido, não a vontade de um grupo ou de um partido político, mas a vontade dos mandatários. Os encontros semanais tornaram-se espaços de construção de subjetividades mais solidárias, fraternas e empáticas. As delicadezas e atenções com o outro revelaram-se como gestos fundamentais por uma vida cidadã comprometida com a dignidade humana. Nessa expectativa, é que o grupo possa articular-se politicamente com o poder público, como é descrito no próximo ponto.

### **2.3.3 - Articulação e Confronto com o Poder Público: A Mediação do Serviço Social**

O ponto de pauta prioritário neste momento segue sendo a liberação dos recursos financeiros públicos. O grupo, despertando e vislumbrando possibilidades na liberação dos recursos financeiros através de contatos com pessoas responsáveis pelo assunto, sentiram que não era mais possível ficar de braços

cruzados, esperando que os mesmos fossem liberados para iniciar os cursos. Chegou-se a conclusão que era preciso fazer algo, pois os recursos estavam chegando até a comunidade por outras vias, não sendo aquela eticamente correta. Os mesmos, estavam chegando através de candidatos concorrendo a cargos políticos em âmbito estadual e federal, uma vez que era período de campanha eleitoral, e os mesmos chegariam, como uma forma de troca por votos, maneira paternalista de obter algo através de candidatos a cargos políticos. Esse procedimento foi gerando revolta entre as lideranças do grupo, mobilizando-as para o delineamento de ações sobre o que poderia ser feito para que isso não continuasse a acontecer. Um morador da comunidade nos coloca *que “isso é uma falta de respeito com o grupo que já vem se encontrando e estudando alternativas para a comunidade há muito tempo”*(d). Foi o momento de definirmos uma agenda estratégica para viabilizar a liberação dos recursos.

Neste sentido, as lideranças comunitárias se organizaram, marcaram audiência com a coordenação estadual do SINE e foram até lá pela primeira vez, fazer reivindicações para a liberação de recursos.

“O SINE, no fluxograma operacional das políticas públicas de Geração de Trabalho e Emprego, é o responsável pela execução das deliberações do CETE e por consequência, ordenador primário dos recursos no Estado. Nos programas não deliberados pelo CETE, o SINE delibera e executa”.(Simone Pres. do CMTE) .

O primeiro encontro aconteceu no dia 12 de agosto de 1998, no quarto andar do prédio do SINE, na Rua Trajano, tendo como objetivo averiguar, junto ao SINE, o porquê da não liberação dos recursos para execução dos cursos solicitados pelo projeto CPP.

Nesta primeira conversa estavam presentes, representantes de quatro associações comunitárias. O Sr. Edson Belarmino, coordenador estadual do SINE, colocou para o grupo o motivo da não liberação dos recursos. Segundo ele os recursos para o projeto CPP foram agrupados junto com os do artesanato, não sendo possível justificar cursos como pedreiro e mecânica de automóveis como artesanato. Outra falha do projeto, segundo Edson Bellarmino, é a questão que não foram repassados valores reais, somente o total de horas e isso, não era suficiente para justificar o projeto.

Neste dia também, ficou marcado uma nova reunião para a próxima semana, a fim de definirmos como ficaria o repasse dos recursos financeiros. Na semana seguinte no dia 19 de agosto de 1998, lá estavam novamente reunidos lideranças comunitárias e a coordenação estadual do SINE, Estavam 6 pessoas presente. O Sr. Edson Bellarmino colocou para o grupo que não tinha conhecimento ainda do que se tratava na sua essência o projeto CPP, e nem sabia como este havia sido aprovado no montante de recursos destinado a projetos especiais.

Quando o projeto foi encaminhado para o CETE, estava na coordenação estadual do SINE o Sr. Amarildo Vieira, que após pediu exoneração do cargo por questões políticas internas. Foi um momento delicado, pois prejudicou todo o processo que vinha sendo desenvolvido junto à coordenação do SINE para a liberação dos recursos. Outra questão comentada pelo Sr. Edson Belarmino foi o total de horas dos cursos, que para ele se tratava de um número muito alto, e que para ser aprovado deveria-se priorizar alguns cursos. No mesmo dia, lá mesmo no SINE, as lideranças se juntaram, discutiram e priorizaram alguns cursos para a região. Como estavam presentes somente as lideranças do Saco Grande II, foram privilegiados os cursos daquela comunidade e deixando a comunidade do PROMORAR, que também desenvolve cursos através do projeto CPP, sem prioridades para aquele momento.

A princípio tudo estava certo, naquele dia mesmo a comunidade já saiu do SINE com alguns cursos já confirmado e com data para iniciar. Esse teria sido primeiro passo de atuação no coletivo do grupo. Mas como a comunidade do PROMORAR não estava presente naquele momento para acompanhar a trajetória deste processo, de certa forma, havia ficado sem curso. Isso gerou alguns mal entendidos quanto aos cursos, entre a coordenação do projeto CPP da prefeitura e o SINE.

A coordenação do projeto na Prefeitura foi até o SINE para tentar assegurar os cursos do PROMORAR que estavam na planilha mas não estavam garantidos naquele momento. Após muitas idas e vindas, a coordenação do projeto conseguiu fazer com que, parte dos recursos fossem liberados para desenvolver os cursos, também, na comunidade do PROMORAR. Com estes cursos já definidos e 3 deles com recursos garantidos, foi uma injeção de ânimo para que as lideranças dessem continuidade no seu trabalho.

Na semana seguinte a comunidade estava discutindo os cursos e inscrições dos candidatos, quando surgiu um questionamento se não era possível mudar o curso de cabeleireiro da ACOLJOGOC por um de Auxiliar de Creche. A idéia foi levantada pelo Gilson, que é membro do grupo e liderança na ACOLJOGOC. Ele abriria mão do curso de cabeleireiro que seria realizado na sua comunidade para que o de auxiliar de creche fosse realizado. A idéia foi acatada por todos, pois neste momento o grupo já estava conseguindo fazer uma leitura da realidade e perceber que o curso de cabeleireiro já havia sido desenvolvido na comunidade e comunidades próximas varias vezes seguida, estava com mais oferta do que procura, e o de auxiliar de creche, seria algo novo que com certeza teria um bom público querendo fazê-lo. Este curso não foi levantado na pesquisa feita na comunidade, surgiu de outros oferecidos à comunidade como: qualidade no atendimento de Relações Humanas e espanhol, Cozinheiro, Garçom, Garçonete,

Espanhol, Pedreiro, Informática, Requalificação Profissional de Trabalhadores em creche e jardim de infância, Manutenção em Equipamentos de Informática e Hotelaria,- pela AFLOV via fundação Banco do Brasil. É necessário que se esclareça que, estes cursos foram muito bem aceitos pelo grupo de lideranças, só que não foram realizados pelo motivo que as comunidades já estavam sendo atendidas por outros cursos do projeto. Junto a esses cursos, estava o de Auxiliar de Creche que gerou uma certa expectativa nas lideranças pelo fato de ser uma nova opção para a comunidade. Segundo uma liderança do grupo

“esse curso seria uma coisa nova e que poderia estar gerando muitos empregos aqui dentro da comunidade, até eu estou com vontade de fazer este curso por que estou achando bom”. (d).

Outra liderança também se manifestou quanto ao curso

“esse curso estaria atendendo a comunidade por que agora nós vamos construir a creche na comunidade e precisa de gente para trabalhar e cuidar das crianças”(a)

Neste sentido podemos perceber junto ao grupo, o quanto o novo é bem aceito, principalmente quando vem como uma proposta de mudança da realidade vivida pelos sujeitos sociais abertos para as transformações.

Assim iniciava-se outro processo, a planilha dos cursos. Neste momento a planilha já havia sido encaminhada ao SINE para liberação dos recursos financeiros e não podia ser mudada.

A decisão foi levada primeiramente à coordenação do projeto CPP na Prefeitura, onde, na oportunidade foi esclarecido que não haveria condições de ser feita a troca, pois já havia sido definido cursos e custos do projeto. Em seguida iniciou-se uma série de negociações entre coordenação do projeto CPP, comunidade e SINE, na possibilidade de haver esta troca de cursos. Sem perspectivas de mudanças via coordenação geral do projeto e SINE, o grupo de lideranças demonstrou sua força política organizada, fazendo contatos com a coordenação do SINE para as possíveis mudança na troca de cursos.

Para o Serviço Social estas questões podem ser entendidas categoricamente, entre outras, como: contradição, desarticulação, dependencia. Yazbek (1996: 40) nos faz a seguinte observação em relação Estado e Sociedade Civil referindo-se aos pontos acima citados

“A relação entre a política organizadora e reguladora do Estado e as demandas sociais acaba por expressar-se no exercício de funções contraditórias, permeadas tanto pelos interesses da acumulação como da busca de legitimidade. É nesse sentido que afirma-se que as políticas sociais reproduzem a luta política mais geral da sociedade e as contradições e ambiguidades que permeiam os diversos interesses em contraposição”.



Com a troca do curso de cabeleireiro para o de auxiliar de creche, a comunidade estaria perdendo em quantidade de horas/aula, pois o de cabeleireiro era de 200 horas e o de auxiliar de creche passaria para 90 horas. Assim estaríamos levantando outra questão que seria a pesquisa, pois até então ela era o ponto central para a escolha dos cursos e neste momento deixaria de ser pelas mudanças que vinham ocorrendo na planilha destes. Isso não justifica a importância da pesquisa, pois em certos casos, as pessoas estão acostumadas com o tradicional e não conseguem vislumbrar o novo. Neste momento, o curso de auxiliar de creche estava apresentando-se como o novo assim podemos justificar o porquê da mudança de cursos.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela coordenação do projeto, foi buscar entender o processo pelo qual o grupo de lideranças estava passando, de autonomia e democratização do processo do movimento comunitário/popular no âmbito do projeto CPP. Para o projeto UFSC/ CPP, a questão central é a participação popular nos espaços de discussão do mesmo, como uma forma de democratização das relações e exercício da cidadania como possibilidade da transformação social. Assim, para que o processo se tornasse mais compreensível, foi feito um convite para a coordenação do projeto na prefeitura, para que fosse à comunidade explicar para ao grupo de lideranças, qual é a função da prefeitura no âmbito do projeto, pois

não estava claro para os mesmos o porquê do pouco envolvimento da coordenação no projeto, na reivindicação da liberação dos recursos financeiros.

Outra questão levantada pelo grupo é que tudo o que acontecesse no projeto, precisava passar pela coordenação na prefeitura, mais precisamente pela Assistente Social Adair.

A coordenação do projeto aceitou o convite e foi à comunidade prestar os devidos esclarecimentos as lideranças. Na oportunidade apresentou ao grupo a planilha definitiva dos cursos aprovados no projeto CPP na sua totalidade, com hora/aula e as entidades executoras que iram administrar os cursos., envolvendo a comunidade do PROMORAR, Saco Grande II e COOPVESTE.

A planilha ficou assim constituída:

<b>Localidade</b>	<b>Curso</b>	<b>C.H</b>	<b>Entidade Executora</b>
Saco Grande II	Formação de agentes com.II	150	FEPese
Saco Grande II	Corte/costura doméstica	180	FEPese
Saco Grande II	Artesanato em fios	90	FEPese
Saco Grande II	Pedreiro II	200	FETESC
Saco Grande II	Eletricista residencial	100	FETESC
Saco Grande II	Mecânica de automóveis	200	FETESC
Saco Grande II	Formação de aux. de creche	100	UNISUL
Saco Grande II	Manicure e pedicure	100	UNISUL
Saco Grande II	Cozinha básica	150	UNISUL
PROMORAR	Pedreiro	200	SENAI

PROMORAR	Cabeleireiro II	200	UNISUL
PROMORAR	Eletricista	100	FETESC
COOPVEST	Gerenc. Peq. Negócios	90	FETESC
COOPVEST	Estilismo/ moda	90	FETESC

Planilha II

Neste sentido partiu-se, junto ao grupo, para um outro processo: o de organização e inscrição dos alunos nos cursos de qualificação profissional.

#### 2.3.4 - As Lideranças no Processo de Coordenação e Implantação dos Cursos de Qualificação

##### Profissional - As Inscrições

Constituída a liberação dos cursos e recursos num montante aproximado de R\$ 58.000,00 para o projeto CPP, outro ponto a ser discutido seriam as inscrições. As mesmas foram realizadas na sede comunitária das entidades. das quais seus líderes faziam parte do grupo.

No decorrer do curso de “**Agentes Comunitários de Empreendimentos Produtivos**”, descrito anteriormente, as lideranças iniciaram um processo de capacitação para coordenar os cursos nas suas comunidades de acordo com a realidade local. As inscrições foram feitas pelas próprias lideranças comunitárias ou pessoas do local. Estas pessoas passaram por um treinamento para realização das mesmas, que foi realizado na própria comunidade por mim no âmbito

do processo de formação profissional de estágio curricular de Serviço Social, no projeto convênio UFSC/CPP.

Na oportunidade cada presente recebeu uma ficha de inscrição igual a que iria usar no momento de realizar a inscrição, preencheu-se e após discutiu-se as dúvidas possíveis. Explicamos passo a passo para o grupo como deveria ser preenchida a mesma, foi lembrado também ao grupo, que deveriam ser inscritas todas as pessoas que procurasse o local, e se extrapolasse o número de vagas estaria-se estabelecendo critérios junto ao grupo para seleção.

Num primeiro momento ficou estabelecido, que cada local de realização do curso deveria fazer a sua inscrição específica, após o grupo repensou e chegou-se a conclusão, que seria mais conveniente se as sete entidades fizessem as inscrições para todos os cursos, assim estaria facilitando para os moradores interessados em realizar os mesmos. Para que as inscrições acontecessem houve uma divulgação no bairro como um todo, através de cartazes em pontos estratégicos e locais públicos.

No dia 14/09/98 iniciou-se então as inscrições em todos os locais definidos anteriormente. No dia 16/09/98 nos reunimos na sede da APROCRUZ para fazermos a primeira avaliação de como estava o processo de inscrições. Avaliou-se que uma semana apenas não era suficiente para realizar todas as inscrições, pois, a procura estava sendo pouca e necessitava-se de mais uma semana.

Resolveu-se então fazer uma divulgação em massa nas comunidades com carro de som, musquitinho, cartazes, divulgação nas igrejas e escolas do bairro.

A partir deste momento, sentiu-se que o produto final de todo o processo realizado, estaria concretizando-se e o trabalho desenvolvido coletivamente pelo grupo estaria ganhando forma. Este momento para o grupo de lideranças representa uma vitória tanto no pessoal como na trajetória do trabalho comunitário, pois foram barreiras, valores, preconceitos estabelecidos e todo um processo de descoberta e curiosidade pelo que estava oculto que instigou este percurso. Assim Thompson, (1981: 194) nos coloca que

“Os valores não são pensados, nem chamados, são vividos e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas, etc., necessárias e aprendidas ( e aprendidas no sentimento) no habitus de viver; aprendidas em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria.”

Após as inscrições concluídas havíamos mais uma tarefa: selecionar e organizaras turmas de alunos para os cursos, acertando os últimos detalhes para o início dos mesmos.

### **2.3.5 - A Seleção e Organização das Turmas .**

O processo de seleção e organização das turmas de alunos, deu-se novamente no coletivo. O grupo de lideranças como um todo se fez presente, para selecionar e organizar as turmas, como também, foi necessário a criação e estabelecimento de alguns critérios para seleção dos inscritos, pois em alguns cursos havia extrapolado o número de vagas disponíveis.

No dia 22/09/98 nos reunimos na sede do COMOSG para realizar mais uma reunião do grupo e começar a definir as turmas dos cursos, pois a partir deste momento os recursos já haviam sido liberados e os cursos necessitando ser iniciados com data para começar e para terminar. Esta reunião foi diferente das outras, pois tinha como ponto de pauta a presença da coordenação do projeto da prefeitura na pessoa da Assistente Social Adair, que foi até a comunidade fazer os esclarecimento sobre o projeto CPP ao grupo. A reunião teve seu início as 20:00 e término às 22:00 horas.

Após o término da reunião, solicitamos ao grupo de lideranças, que permanecessem no local para fazer-mos a seleção das 3 turmas de alunos para o curso de informática . Este curso não é pelo Projeto CPP, é um curso oferecido pela AFLOV à comunidade, via Fundação Banco do Brasil de Florianópolis, mas com uma ressalva, são administrados pela Secretaria de Desenvolvimento Social da

Prefeitura Municipal e executados pelo SENAC. Este curso teve 90 pessoas inscritas, sendo selecionados 3 turmas de 16 alunos cada, ficando 5 alunos para cada turma na reserva caso houvesse desistência. Neste dia ficamos reunidos até as 24:00 hs para selecionarmos e montarmos as turmas para o curso de informática.

No dia 28/09/98 nos reunimos novamente na sede da ACOLJOGOC, para fecharmos as turmas dos outros cursos do projeto CPP. Neste dia, ao chegar na comunidade, deparei-me com uma surpresa agradável. O grupo sabendo da conclusão do estágio curricular em Serviço Social, preparou-me uma despedida como forma de agradecimento pelo que juntos podemos construir e os caminhos que trilhamos nessa caminhada sem fim. Há uma coisa que não podemos tolher nas pessoas, o seu crescimento através das relações com o outro. Neste sentido, foi necessário nos encontrarmos mais um dia afim de fecharmos completamente as turmas e definir o início dos cursos. Isso aconteceu no dia 30/09/98 na sede da APROCOM.

Os cursos, locais e números de inscritos ficaram assim constituídos:

CURSO	LOCAL	NÚMERO DE INSC.
Auxiliar de creche	APROCOM	35 Alunos
Mecânica de automóveis	APROCRUZ	24 Alunos
Manicure e Pedicure	COMOSG	30 Alunos
Eletricista	AMPAF	17 Alunos*
Cozinha Básica	C. C. Monte Verde	11 Alunos*
Corte e Costura Doméstica	ACOLJOGOC	12 alunas *
Pedreiro	SOL NASCENTE	18 Alunos

Informática	Sede do CPP	63 Alunos ( 3 turmas dia)
Agentes Com. II	A definir	12 Alunos*
Artesanato em Fios	Salões da Igreja Assem.de Deus	21 Alunos

Planilha III

Após, definirmos as turmas, marcou-se a data para o início dos cursos, nos seus respectivos espaços físicos.

Esta, foi uma experiência que buscou descrever e analisar o processo de trabalho do Assistente Social em relação com as políticas públicas / sociedade civil, no contexto do popular. Neste sentido, o mundo do trabalho nas relações sociais, vem sendo sustentado por eixos de inclusão nas questões derradeiras da condição humana. Assim, a região do Saco Grande II, diante da imensidão do universo, significa uma interligação com a sociedade num todo, onde os reflexos da desigualdade social se apresentam de forma gritante.



## os meninos em volta da fogueira

Martinho da Villa

Os meninos em volta da fogueira  
Vão aprender de sonho e de verdade,  
Vão perceber como se ganha uma bandeira,  
E vão saber o que custou a liberdade.  
Palavras são palavras não são trovas,  
Palavras desse tempo sempre novo.  
Lá os meninos aprenderão as coisas novas...  
E até já dizem que as estrelas são do povo,  
Já que os homens permanecem, lá no alto,  
Com suas novas contas engraçadas de somar,  
Não se aproximam das favelas nem dos campos,  
E tem medo de tudo que é popular.  
Mas os meninos desse continente novo  
Hão de saber fazer história e ensinar.

## ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

*“Vem vamos embora esperar não é fazer  
quem sabe faz a hora não espera acontecer”.*

*(Geraldo Vandré)*

Chegou o momento de iniciarmos o trabalho propriamente dito, pois este, ora apresentado, não se propõe a esgotar a discussão desenvolvida, devendo servir, porém, apenas como subsídio a continuidade das reflexões aqui iniciadas, principalmente no que se refere à desdobramentos sobre o fazer profissional do Serviço Social nos processos de qualificação e requalificação profissional dos sujeitos populares e enquanto espaços direcionados, também, à formação cidadã.

Quando começamos o curso de Serviço Social, achávamos que se tratava apenas de “ajudar” as pessoas, isto é, tínhamos uma compreensão imediatista da relação de ajuda profissional, bem como, das questões sociais que constituem e são constituídas na realidade social que vivenciamos. Gradativamente fomos adentrando em contato com saberes e fazeres que nos possibilitaram enjendrar atitudes avessas àquelas que impõem o modo de conhecer-fazer, superficial sem compromisso com o diálogo, a escuta, a crítica, a proposição e o coletivo.

operando na construção de uma sociedade mais justa e igualitária contra as injustiças sociais.

Estes movimentos aproveitaram oportunidades políticas que a conjuntura dos anos 90 propiciou, e buscaram ampliar seus espaços de articulação entre sociedade e poder público.

A ocupação de outros espaços de maior poder de decisão pelas organizações populares (Conselho de Direito, Conselho Local, cargos públicos) são, da mesma forma, importantes canais de discussão e implementação de políticas públicas, onde a perspectiva de organização popular seja incorporada e traduzida como condição fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Assim, reforçar cada vez mais os espaços locais, isto é, as organizações comunitárias/populares, é proporcionar às pessoas uma participação mais efetiva nos espaços de reivindicação por seus direitos. É o sujeito social pertencer a uma comunidade para constituir ponto de referência na preservação da sua identidade e da sua luta cotidiana.

Buscamos apresentar o que foi realizado junto ao grupo de lideranças do Saco Grande II, no curso **“Agentes Comunitários de Empreendimentos Produtivos”**.

São eles:

- ⇒ Ampliar a equipe de apoio do projeto UFSC/CPP, principalmente da área do Serviço Social, a fim de sustentar as demandas dos setores populares, usuários do projeto, bem como aperfeiçoar este campo de estágio para alunos de Serviço Social e outras áreas que possam se agregar e contribuir para o seu bom andamento.
- ⇒ É necessário que se incentive, no âmbito da organização comunitária/popular, formas associativistas como meio de organização e produção de serviços, com o intuito de gerar trabalho e renda para a população empobrecida que mora nestes locais.
- ⇒ Que as reuniões do Conselho Deliberativo do projeto CPP, sejam realizadas em horário e local que possam facilitar e favorecer também, a participação dos moradores das comunidades, onde o projeto é desenvolvido.
- ⇒ As entidades representativas que fazem parte do projeto CPP, deverão desenvolver uma discussão/concretização em torno de uma instituição de micro-crédito, que possibilite financiar pequenos

empreendimentos produtivos às pessoas que realizam sua qualificação e ou requalificação profissional no projeto CPP.

⇒ Acompanhar, com uma metodologia sócio-pedagógica adequada, os grupos de cursistas usuários do projeto que possibilite sustentar um processo de habilitação profissional sensível às questões de cidadania, de reestruturação das relações de trabalho e da relação global/local.

⇒ Ampliar, no âmbito da categoria profissional do Serviço Social, o debate e a proposição de ações junto aos setores populares, para um enfrentamento dos atuais desafios do mundo do trabalho, com dignidade social e socialização da produção do conhecimento.

⇒ Fortalecer no contexto da formação profissional do Assistente Social e no âmbito do seu exercício profissional, um processo de trabalho popular que ouse propor e intervir nas políticas públicas, numa direção comprometida com formas redistributivas da riqueza nas diferentes refrações da questão social.

⇒ Motivar as diferentes formas de organização popular (associação de moradores, conselhos locais, movimentos sociais e outros) em especial as do Saco Grande II, para que intensifiquem e persistam nas suas lutas cotidianas por conhecimento, participação e, em especial, pelo direito a ter direito de acessar informações e o controle social do que é público.

Enfim, com a conclusão, deste trabalho fica a nossa perspectiva e o anseio de que não só estas sugestões, mas todo o seu conteúdo tenham a sua continuidade e possa ser melhorado dia-a-dia no sentido de levar a um número cada vez maior de pessoas oportunidades de pensarem uma vida com mais dignidade.

## **DADOS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**Nome do Aluno:** Cleci Elisa Albiero

**Matrícula:** 9511605-2

**Ano de desenvolvimento do Estágio I:** 1997

**Semestre:** 97/1

**Nome do local de estágio:** **NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular - Projeto: Centro de Profissionalização Popular**

**Nome da supervisora da Instituição:** **Simone Matos Machado**

**Nome da supervisora da UFSC:** **Iliane Kohler**

**N de horas desenvolvidas:** **216 hr**

**Ano de desenvolvimento do Estágio II:** 1997

**Semestre:** 97/2

**Nome do local de estágio:** **NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular - Projeto: Centro de Profissionalização Popular**

**Nome da supervisora da Instituição:** **Simone Matos Machado**

**Nome da supervisora da UFSC:** **Iliane Kohler**

**N de horas desenvolvidas:** **216 hr**

**Ano de desenvolvimento do Estágio III:** 1998

**Semestre:** 97/1

**Nome do local de estágio:** **NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular - Projeto: Centro de Profissionalização Popular**

**Nome da supervisora da Instituição:** **Simone Matos Machado**

**Nome da supervisora da UFSC:** **Iliane Kohler**

**N de horas desenvolvidas:** **216 hr**

---

**Coordenadoria de Estágio/DSS/CSE/UFSC**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBIERO, Cleci Elisa. **Relatório final de semestre**. Florianópolis: UFSC/DSS/NESSOP/CP. 1997 .(Digitado )
- AYALA, Marcos, AYALA, Maria Ignez Novais. **Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise**. São Paulo: Ática, 1987.
- AZEVEDO, Sérgio de. Planejamento, cidade e democracia: reflexões sobre o papel dos governos locais nos anos 90 . **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC/IPEA, 1994.
- BARBIER, René. **A pesquisa - ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BENEVIDES, Maria Vitória. Democracia e cidadania. **Participação Popular nos Governos Locais**. São Paulo : Pólis, n.14, p. 11-19, 1994.
- BOFF, Leonardo. A função da universidade na construção da soberania nacional e da cidadania. **Rev. Cultura Vozes**, n.2, 59-68. mar./abr. 1998.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa, VLASMAN, Petrus Maria. **IES e Comunidade : o ensino superior isolado particular : alguns aspectos de sua problemática**. Brasília.[s.n.], p. 161-175, 1978.
- CANCI, Adriana. **As expressões da cultura política nas formas de organizações no Morro do Horácio**. Florianópolis: UFSC, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Avaliação de projetos e de organizações que operam no campo social**. Projetos Gestores. Módulo 5. ( texto digitado)
- CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. v.1, 1.ed. Brasília : ATLAS, 1989.



CRITELLI, Dulce Mara. **A contemporânea inospitalidade do humano. O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber.** São Paulo: Cortez, 1995.

Cursos de Iniciação a Prática ao Cooperativismo, OFICINA SOCIAL - Centro de Tecnologia Trabalho e Cidadania - ICODESC .

**Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 fev. 1998. p. 4.

D'OLIVEIRA, Alexandre, Lemgrubert Portugal. **Parcerias Estado -Sociedade Civil nas organizações sociais.** Florianópolis : UFSC, 1998. Tese de Mestrado.

DIAS, Romualdo. **Construindo a organização popular.** São Paulo : CEPIS, 1985. Textos de Apoio.

DRUCK, Graça, FILGUEIRAS, Luiz. O projeto do Banco Mundial : o Governo FHC e a privatização das Universidades Federais. **PLURAL**, v.6, n. 9, p.15-27, jan./jun. 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo : Paz e Terra, 1996

GAGNETEN, María Mercedes. **Hacia una metodologia de sistematizacion de la practica.** Buenos Aires : Ed. Humanitas, 1984

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. Questões de nossa época.

GOULART, Sidinéia V. dos Santos. **Projeto CPP - Centro de Profissionalização Popular: uma experiência no Saco Grande II.** Florianópolis : UFSC, 1996. Trabalho de Conclusão de Curso.

HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schuler Buss. **Participação popular na busca de uma melhor qualidade de vida: uma alternativa.** Florianópolis: UFSC, 1994. Tese de mestrado.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza: Expressão. 1997.

- JÚNIOR, Rogério Goulart. **As comunidades carentes e o mercado informal : estudo de caso: as egressas do CPP- JIC.** Florianópolis : UFSC, 1996. Monografia.
- LANGENBACH, Mirian. (org.) **O contexto grupal :a rede ecológica: um guia da educação ambiental.** Rio de Janeiro: PUC, 1997. Programas de Vídeos Ecológicos.
- LINK, Martina Anisia. **Sonhos e utopias: um ensaio sobre a luta dos egressos do CPP em busca do ingresso no mercado de trabalho.** Florianópolis : UFSC, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso.
- LISBOA, Armando. A Economia popular no contexto da grande transformação. **Texto para discussão.** Florianópolis, n.7, 1997.
- MANCE, Euclides André. **Movimentos sociais urbanos e movimentos populares: algumas questões conceituais.** Curitiba : [s.n.], 1993.
- MANZINI-CROVER, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania.** 2. ed. São Paulo : Brasiliense. 1991.
- MARE . **Organizações sociais.** Brasília, [s.n.], 1997.
- MATTOS, Alexandre Morgado. **Organização: introdução, ciência, arte.** Rio de Janeiro: FGV, p. 8-10, 1980.
- MAX-NEEF, Manfred et al. **Desarrollo a escala humana una opción para el futuro.** Santiago: CEPUR, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 2.ed. São Paulo : HUCITEC; Rio de Janeiro : ABRASCO, 1993.
- MODESTO, Paulo Eduardo G. Reforma administrativa e marco legal das organizações sociais no Brasil: ás dúvidas dos juristas sobre o modelo das organizações sociais. **Revista do Serviço Público,** Brasília, v. 48, n. 2, p. 27-57, maio/ago. 1997.
- MÜLLER, Kathia T. Organizações de moradores numa perspectiva de necessidades radicais. **Revista Katalysis,** Florianópolis, n.1.jun. p.38-52, 1997.

**O QUE É SER LIDER:** Ninguém vive e nem faz nada sozinho. Curitiba: ADITEPP, [1996].

**O'GORMAN.** Frances, **Dinâmica comunitária nas palavras do povo.** Petropolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase NUCLEAR, 1981.

**OLIVEIRA,** Manfredo Araújo de. **A globalização e a problemática do terceiro mundo: desafios éticos.** Florianópolis : UFSC, 1997. Palestra / Texto.

**PEREIRA.** Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil.** São Paulo : Ed. 34, 1996.

**POCHMANN,** Marcio. **Desafios e limites das políticas de emprego no Brasil.** 1997. Texto Digitado.

**PROJETO POPULAR PARA O BRASIL .Cartilha para debate em público.** dez. 1997.

**RAICHELIS,** Raquel. **Esfera pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 1998.

**RIZ,** Liliana de. Os desafios da democracia Argentina. **BOQUERO,** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 55-75, 1994.

**SADER,** Éder. **Quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

**SAVIANI,** Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

**SEVERINO,** Antônio Joaquim. O poder de verdade e a verdade do saber. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber.** São Paulo: Cortez, 1995.

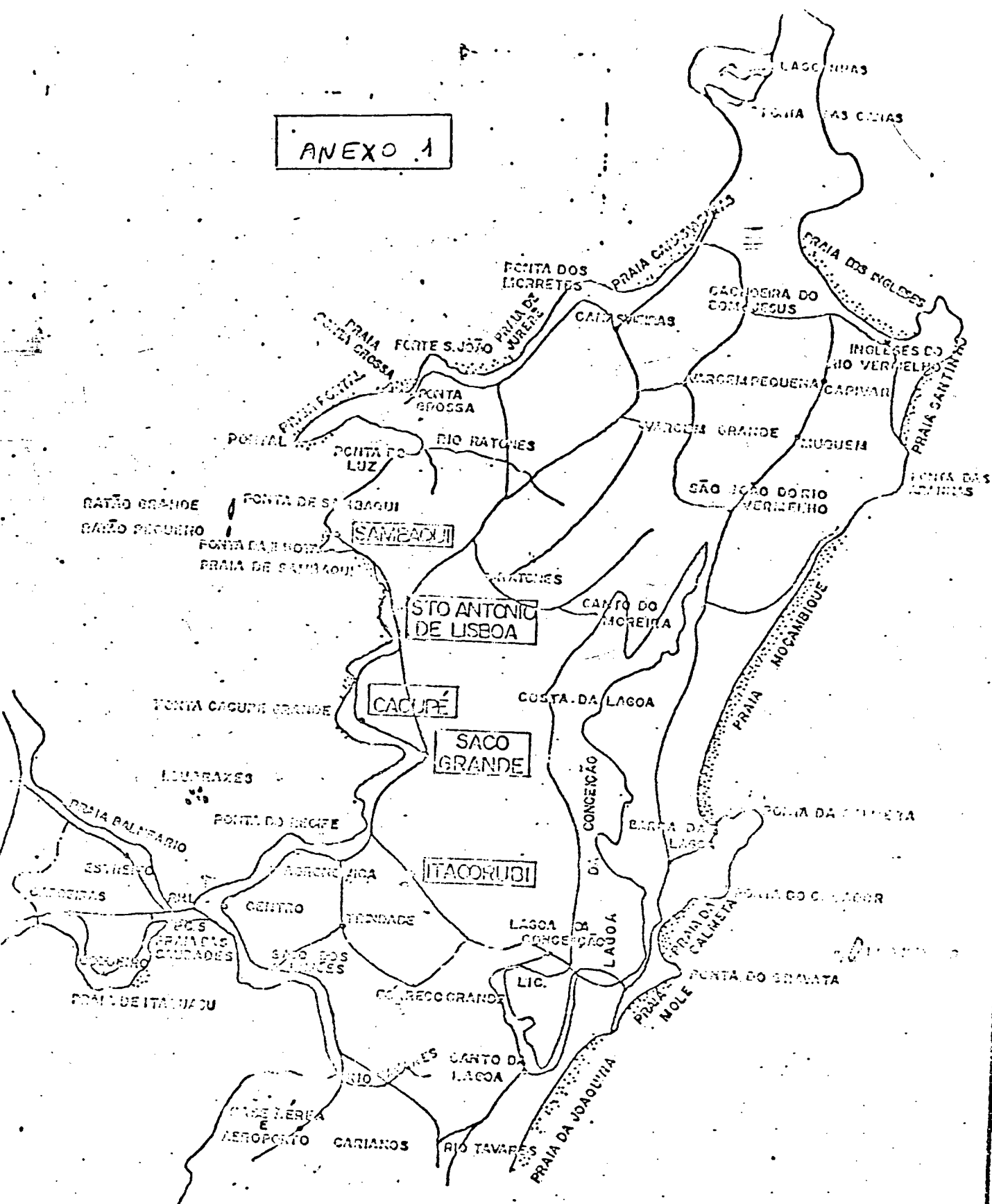
**SIMIONATTO,** Ivete. Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

**SOUZA,** Ana Luiza Lima. Extensão universitária : compromisso social ou solidariedade. **Revista Adusp,** p.23-28. jul. 1998.

- SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- SOUZA, Paulo, Nathanael Pereira de. **Como entender e aplicar a nova LDB: lei n° 9.394/96**. São Paulo : Pioneira, 1997.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Conselho - espaços públicos de participação. **Movimentos Sociais e Conselhos**. (texto digitado)
- TELLES, Vera da Silva. Questão social: afinal do que se trata. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n.4, 1996.
- THOMPSON, Eduardo P. **Tradición, revuelta e consciencia de classe**: estudios sobre la crise de la sociedad preindustrial. Barcelona : Critica, 1979.
- TRINDADE, Hégio. Construção da cidadania e representação política: lógica liberal e práxis autoritária. **BOQUERO**, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 42-54, 1994.
- VALLA, Jorge. "Sobre as representações sociais. Para uma epistemologia do senso comum". Cadernos de Ciências Sociais. Porto, n. 4, abril, 1996.
- VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social** . São Paulo: Cortez, 1992.
- VILLAS-BÔAS, Renata, BAVA, Silvio. Caccia democracia e poder local. **Participação Popular nos Governos Locais**. São Paulo: Pólis, 1994.
- VOLPATO, Maricilia. **Alternativas de geração de renda na economia Informal**: um estudo de caso: CPP. Florianópolis : UFSC, 1995. Trabalho de Conclusão de Curso.
- WOLF, A. **Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e Sociedade Civil**: desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs. Florianópolis :IBASE/PNUD, p.17-33, 1993. (mimeografado)
- YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

# ANEXOS

ANEXO .1



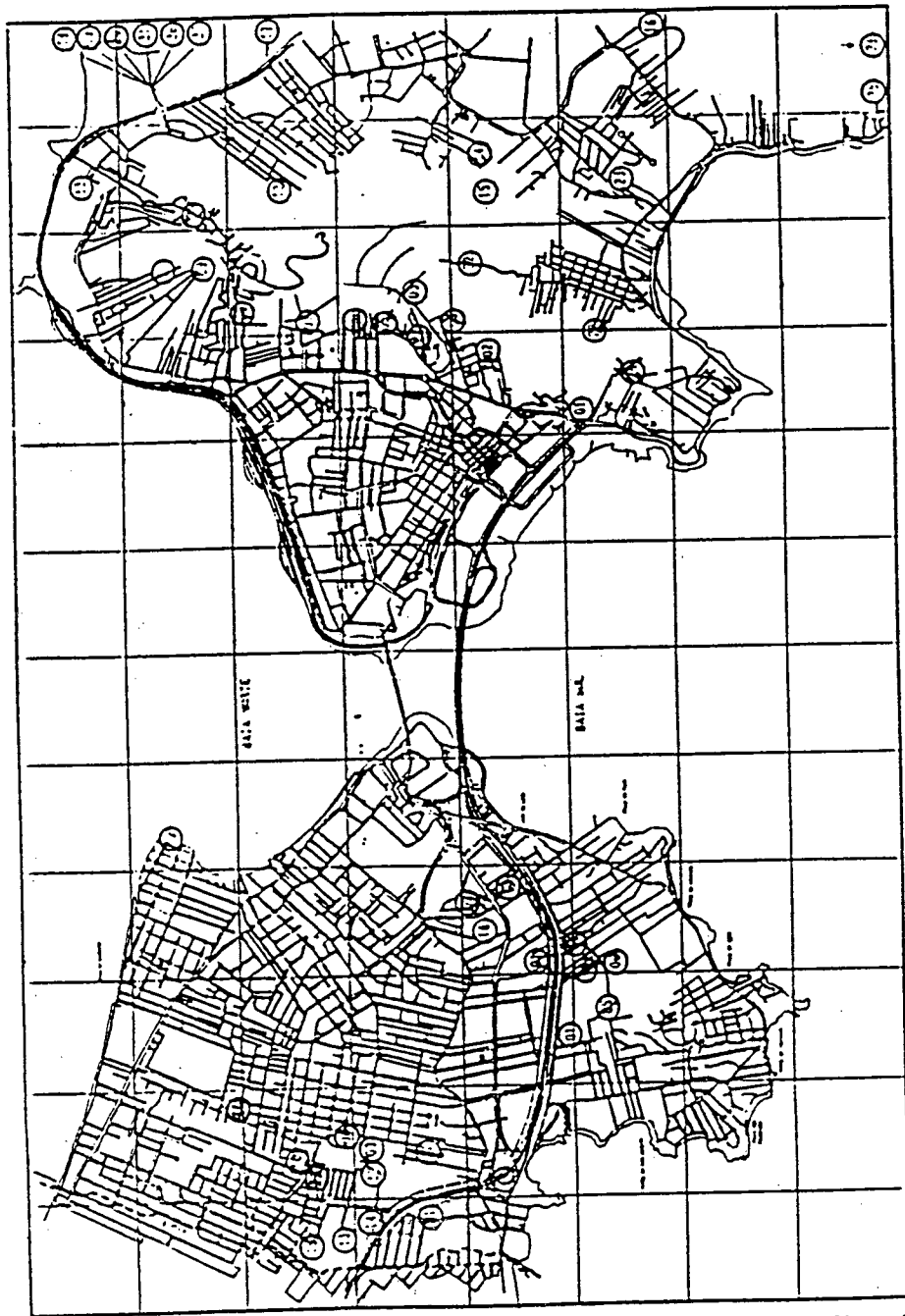
DATA	MODIFICAÇÃO	EXEC	R.TEC	COORD
------	-------------	------	-------	-------

LOCALIZAÇÃO DE SAMBAQUI, STº ANTONIO DE  
BOA, CACUPÉ, SAGO GRANDE E ITACORUBI

ENGGEVIX S.A.

FILED & FORWARDED TO: [illegible]

HPV



○ Localização das  
Áreas Carentes

#### CONTINENTE

- 01 - Vila Esperança
- 02 - Barra da Calça I
- 03 - Barra da Calça II
- 04 - Barra da Calça III
- 05 - Barra da Calça IV
- 06 - Barra da Calça V
- 07 - Barra da Calça VI
- 08 - Barra da Calça VII
- 09 - Barra da Calça VIII
- 10 - Barra da Calça IX
- 11 - Barra da Calça X
- 12 - Barra da Calça XI
- 13 - Barra da Calça XII
- 14 - Barra da Calça XIII
- 15 - Barra da Calça XIV
- 16 - Barra da Calça XV
- 17 - Barra da Calça XVI
- 18 - Barra da Calça XVII

#### ILHA

- 01 - Barra da Lagoa
- 02 - Barra da Lagoa II
- 03 - Barra da Lagoa III
- 04 - Barra da Lagoa IV
- 05 - Barra da Lagoa V
- 06 - Barra da Lagoa VI
- 07 - Barra da Lagoa VII
- 08 - Barra da Lagoa VIII
- 09 - Barra da Lagoa IX
- 10 - Barra da Lagoa X
- 11 - Barra da Lagoa XI
- 12 - Barra da Lagoa XII
- 13 - Barra da Lagoa XIII
- 14 - Barra da Lagoa XIV
- 15 - Barra da Lagoa XV
- 16 - Barra da Lagoa XVI
- 17 - Barra da Lagoa XVII
- 18 - Barra da Lagoa XVIII

- 19 - Barra da Lagoa XIX
- 20 - Barra da Lagoa XX
- 21 - Barra da Lagoa XXI
- 22 - Barra da Lagoa XXII
- 23 - Barra da Lagoa XXIII
- 24 - Barra da Lagoa XXIV
- 25 - Barra da Lagoa XXV
- 26 - Barra da Lagoa XXVI
- 27 - Barra da Lagoa XXVII
- 28 - Barra da Lagoa XXVIII
- 29 - Barra da Lagoa XXIX
- 30 - Barra da Lagoa XXX
- 31 - Barra da Lagoa XXXI
- 32 - Barra da Lagoa XXXII
- 33 - Barra da Lagoa XXXIII
- 34 - Barra da Lagoa XXXIV
- 35 - Barra da Lagoa XXXV
- 36 - Barra da Lagoa XXXVI
- 37 - Barra da Lagoa XXXVII

Obs.: Existem 3 (três) áreas, que não constam  
no mapa deste mapa.

IPUF	Instituto de Planejamento Urbano e Regional
Coordenação de Planejamento Habitacional	
Perfil das Áreas Carentes	
Localização das Áreas Carentes	
Mapa	
Legenda	

**ASSOCIAÇÕES  
COMUNITÁRIAS  
DO SACO GRANDE II**

**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
SANTA CATARINA**

**BARREIRA DO JANGA**

**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**

**SOL NASCENTE**

**NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO  
SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR  
(NESSOP / DSS)**

**PARQUE DA FIGUEIRA**

**APROCOM**

**GRUPO DE APOIO INTERDISCIPLINAR  
CONVÊNIO CPP/UFSC**

**MONTE VERDE**

**APROCRUZ**

**COMOSG**

## **EMPREENHIMENTOS PRODUTIVOS COMUNITÁRIOS**

Este questionário tem por objetivo levantar dados, com pessoas acima de 14 anos, que integrarão o **banco de dados da comunidade do Saco Grande II**, quanto ao potencial de organização e gerenciamento de empreendimentos produtivos.

Solicitamos a sua colaboração para termos o máximo de informações preenchidas e poder elaborar projetos e programas que contribuam com a solução de problemas, existentes na comunidade, sobre o mundo do trabalho.

**P A R T I C I P E !**



## I - IDENTIFICAÇÃO

Nome completo: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) M ( ) F

Nome que é mais conhecido / apelido: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Endereço residencial: Rua \_\_\_\_\_ N° \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_  
(Referência) \_\_\_\_\_

Naturalidade: (Cidade/Estado) \_\_\_\_\_

Procedência: ( ) do bairro ( ) de outro bairro Qual? \_\_\_\_\_

( ) de outra cidade Qual: \_\_\_\_\_

( ) de outro Estado (ou País) Qual? \_\_\_\_\_

Se procede de outro local. Onde morou por mais tempo? \_\_\_\_\_

Desde quando mora aqui? \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ anos

Estado civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) viúvo ( ) outro. Qual? \_\_\_\_\_

Escolaridade: ( ) sem estudos ( ) 1° grau → ( ) incompleto ( ) completo  
( ) 2° grau → ( ) incompleto ( ) completo  
( ) 3° grau → ( ) incompleto ( ) completo

Quantos dependem de sua renda pessoal? \_\_\_\_\_

Quantos contribuem para a renda de sua família? \_\_\_\_\_

Alguém mais contribui para alguma despesa na sua casa? ( ) Sim ( ) Não

Observação: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

## II - SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

Você tem Profissão ? ( ) Sim ( ) Não

Se Sim. Qual (ou quais) ? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Você está trabalhando atualmente ? ( ) Sim ( ) Não

Se Sim. Qual (ou quais) atividade(s) exerce ?

1.- \_\_\_\_\_

2.- \_\_\_\_\_

3.- \_\_\_\_\_

Tem carteira assinada ? ( ) Sim ( ) Não

Se Não. Porque ? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo está sem trabalhar ? \_\_\_\_\_

Em que se ocupa ? \_\_\_\_\_

Você recebe seguro desemprego ? ( ) Sim ( ) Não

Tem idéia de como resolver o seu problema de desemprego ? ( ) Sim ( ) Não

Se Sim, como ? Qual a sua idéia ? \_\_\_\_\_

Em que você gostaria de trabalhar ? \_\_\_\_\_

O que dificulta realizar isto ? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Você já pensou em trabalhar por conta própria ? ( ) Sim ( ) Não

Se Sim, em que ? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### III - INTERESSE EM REALIZAR CURSOS DE TREINAMENTO

Você já fez algum Curso para ter uma Profissão ? ( ) Sim ( ) Não

Se Sim. Qual (quais) ? \_\_\_\_\_

Gostaria de fazer mais algum Curso ? ( ) Sim ( ) Não

Se Sim. Qual (quais) ? \_\_\_\_\_

Porque gostaria de fazer ? \_\_\_\_\_

Se Não. Gostaria de fazer algum Curso de treinamento ? ( ) Sim ( ) Não

Se Sim. Qual (quais) ? \_\_\_\_\_

Que dias e horários Você tem disponíveis?

Dias: ( ) Segunda	( ) manhã	( ) à tarde	( ) à noite	Período ( ) 1º	( ) 2º
( ) Terça	( ) manhã	( ) à tarde	( ) à noite	Período ( ) 1º	( ) 2º
( ) Quarta	( ) manhã	( ) à tarde	( ) à noite	Período ( ) 1º	( ) 2º
( ) Quinta	( ) manhã	( ) à tarde	( ) à noite	Período ( ) 1º	( ) 2º
( ) Sexta	( ) manhã	( ) à tarde	( ) à noite	Período ( ) 1º	( ) 2º
( ) Sábado	( ) manhã	( ) à tarde	( ) à noite	Período ( ) 1º	( ) 2º
( ) Domingo	( ) manhã	( ) à tarde	( ) à noite	Período ( ) 1º	( ) 2º

Observação sobre a disponibilidade de horários: \_\_\_\_\_

Entrevistador(a): \_\_\_\_\_ Questionário N° : \_\_\_\_ Tempo: \_\_\_\_\_

FLUXO INFORMACIONAL/OPERACIONAL

